



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS MACEIÓ**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS-PORTUGUÊS**

**JOEL MARCOS DA SILVA SANTOS**

**DISCURSO DE PODER, AUTORIA E RACISMO NO CÂNONE LITERÁRIO  
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESCRITA LOBATIANA**

**MACEIÓ, AL**

**2024**

JOEL MARCOS DA SILVA SANTOS

DISCURSO DE PODER, AUTORIA E RACISMO NO CÂNONE LITERÁRIO  
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESCRITA LOBATIANA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Letras - Português, ofertado pelo Instituto  
Federal de Alagoas, *Campus* Maceió, como  
requisito parcial para obtenção de grau de  
licenciado em Letras - Português

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Elaine Cristina  
Rapôso dos Santos.

MACEIÓ, AL

2024



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
*Campus Maceió*  
*Biblioteca Benevides Monte*

---

401.41  
S237d

Santos, Joel Marcos da Silva.

Discurso de poder, autoria e racismo no cânone literário brasileiro {recurso eletrônico} : uma análise crítica da escrita lobatiana / Joel Marcos da Silva Santos.  
- Dados eletrônicos (1 arquivo : 112 KB). - 2024.

Documento com 65 folhas.

Inclui referências.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elaine Cristina Rapôso dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras/Português) –  
Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió 2024.

1. Cânone literário. 2. Monteiro Lobato. 3. Negrinha. 3. Racismo. 4. Discurso de poder. I. Título.

---

Bibliotecária Nalva Maria Amaral / CRB-4/989

JOEL MARCOS DA SIL SANTOS

DISCURSO DE PODER, AUTORIA E RACISMO NO CÂNONE LITERÁRIO  
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESCRITA LOBATIANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como  
requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em  
Gestão Ambiental, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Elaine  
Cristina Rapôso dos Santos.

Aprovado em: 09/09/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cleide Calheiros da Silva

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Elaine Cristina Rapôso dos Santos

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

---

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Para minha mãe, que carrega consigo tantos sonhos, sou feliz de ser um deles.

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço a Deus, que me mostrou meu potencial e guiou meus passos ao longo dessa jornada.

À minha mãe, que fez sacrifícios incontáveis por mim, sempre acreditando no meu sucesso.

Ao meu pai, que sempre me achou mais inteligente do que realmente sou, incentivando-me a superar meus limites.

À Jeniffer, minha noiva, que me ensinou a amar e cujo amor me sustenta em todos os momentos.

Aos meus amigos e amigas, que estiveram comigo durante todo esse processo; alguns não ficaram, mas todos me marcaram profundamente.

A cada professor do Instituto Federal de Alagoas, que ajudam em minha formação, especialmente a professora Elaine, que me ajudou em um momento crucial, quando tudo o que eu precisava era voltar a acreditar em mim mesmo.

*“Que ele faça resplandecer o direito dos oprimidos, salve os filhos dos pobres e esmague o opressor!”*

(Salmos 72:4)

## RESUMO

Este estudo analisa o conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, à luz das representações raciais no cânone literário brasileiro. Por meio de uma abordagem crítica e utilizando teorias pós-coloniais, examina-se como o autor constrói e perpetua discursos de poder por meio da personagem principal. A metodologia empregada inclui análise textual detalhada, contextualização histórica e revisão crítica da recepção da obra ao longo do tempo, além disso é baseada na análise crítica e qualitativa do conto "Negrinha," de Monteiro Lobato, com foco nas representações de personagens negros e nos discursos racistas presentes na narrativa. A análise textual detalhada será realizada a partir de uma perspectiva pós-colonial e foucaultiana, buscando compreender como a obra reflete e perpetua estruturas de poder raciais. Os resultados evidenciam que "Negrinha" reflete e reforça estereótipos racistas presentes na sociedade brasileira do século XIX, além de revelar as estruturas de poder subjacentes no cânone literário nacional. O trabalho também discute como determinados autores são privilegiados no cânone literário em detrimento de outros, contribuindo para a manutenção de discursos de poder. Ao abordar o conceito de cânone literário e seus critérios de inclusão, especialmente em relação à exclusão de autores e autoras racializados, o estudo questiona a formação desse cânone e sua influência na perpetuação de estruturas de poder. Conclui-se que o conto provoca reflexões necessárias sobre as representações raciais na literatura brasileira, destacando a importância de um debate crítico e sensível sobre o legado literário de Monteiro Lobato e suas implicações contemporâneas. Este estudo contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas raciais na cultura e na literatura brasileira, incentivando uma leitura crítica e reflexiva das obras literárias que compõem o cânone nacional.

Palavras-chave: Cânone literário; Monteiro Lobato; Negrinha; racismo; discurso de poder.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the short story *Negrinha* by Monteiro Lobato, focusing on racial representations within the Brazilian literary canon. Through a critical approach and using post-colonial theories, it examines how the author constructs and perpetuates power discourses through the main character. The methodology employed includes detailed textual analysis, historical contextualization, and a critical review of the work's reception over time. Furthermore, it is based on a qualitative and critical analysis of *Negrinha*, with an emphasis on the representation of Black characters and racist discourses present in the narrative. The detailed textual analysis will be conducted from a post-colonial and Foucauldian perspective, seeking to understand how the work reflects and perpetuates racial power structures. The results demonstrate that *Negrinha* reflects and reinforces racist stereotypes present in Brazilian society in the 19th century, as well as reveals the underlying power structures in the national literary canon. The study also discusses how certain authors are privileged in the literary canon to the detriment of others, contributing to the maintenance of power discourses. By addressing the concept of the literary canon and its criteria for inclusion, especially regarding the exclusion of racialized authors, the study questions the formation of this canon and its influence on the perpetuation of power structures. It is concluded that the story provokes necessary reflections on racial representations in Brazilian literature, highlighting the importance of a critical and sensitive debate about Monteiro Lobato's literary legacy and its contemporary implications. This study contributes to a broader understanding of racial dynamics in Brazilian culture and literature, encouraging a critical and reflective reading of literary works that compose the national canon.

**Keywords:** Literary Canon; Monteiro Lobato; *Negrinha*; Racism; Power Discourse.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2.</b>	<b>DISCURSO E AUTORIA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>O DISCURSO E AS RELAÇÕES DE PODER .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>CÂNONE LITERÁRIO: DISCURSO, RACISMO E AUTORIA .....</b>	<b>29</b>
<b>3.</b>	<b>NEGRINHA: A AUTORIA NA MANUTENÇÃO DE UM DISCURSO.....</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>MONTEIRO LOBATO E O DISCURSO BRANCO .....</b>	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>O DISCURSO RACISTA: OBRA E AUTOR .....</b>	<b>53</b>
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A literatura, ao longo dos séculos, tem funcionado como um importante elemento de compreensão das sociedades em que é produzida, proporcionando reflexões acerca dos sistemas de valores, das hierarquias sociais e dos discursos de poder predominantes vigentes na época em que é produzida. No Brasil, essa relação entre literatura e poder torna-se ainda mais evidente quando exploramos obras que abordam questões raciais, sociais e culturais, como é o caso da obra *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1920). Monteiro Lobato, um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX, é conhecido não apenas por sua contribuição à literatura infantil, mas também por sua abordagem crítica e provocativa das questões sociais e políticas de sua época (Lajolo, 2000). Publicada, inicialmente, em 1920, *Negrinha* é um desses contos emblemáticos que nos convidam a refletir não apenas sobre a história que conta, mas também sobre os discursos subjacentes que permeiam sua narrativa.

Nesse contexto, ao nos debruçarmos sobre essa narrativa e sobre as análises críticas que a cercam, é possível confrontar-se com questões complexas relacionadas ao papel do autor na produção literária, à representação de identidades marginalizadas e ao papel da literatura na reprodução ou subversão das estruturas de poder existentes. Nesse sentido, a discussão sobre *Negrinha* conduz-nos a uma reflexão profunda sobre as dinâmicas sociais, culturais e históricas que atravessam a literatura brasileira e influenciam a compreensão do mundo ao nosso redor.

No contexto da análise realizada aqui, a discussão sobre o papel que o discurso literário pode desempenhar na perpetuação de ideias racistas e na reprodução do poder estrutural é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e culturais presentes no cânone literário (Schwarz, 1987). Ao nos debruçarmos sobre obras emblemáticas como *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1920), sob a perspectiva de estudos críticos acerca do papel do cânone e de sua importância para a manutenção de um imaginário que reproduz as desigualdades sociais que permeiam a sociedade brasileira (Muzart, 1995), deparamo-nos com uma narrativa que não se restringe a meramente contar uma história, mas que nos obriga a encarar a dura realidade enfrentada por crianças negras no Brasil, pós-abolição. Dessa forma, a obra em foco é uma narrativa ficcional e, como tal, pode ser analisada como um elemento simbólico

que nos permite compreender a sociedade da época, demonstrando as profundas desigualdades sociais e os preconceitos que estão arraigados nela.

Ao nos depararmos com a figura da protagonista, uma menina negra e órfã, somos confrontados com a crueldade, a exclusão e as violências física e psicológica que permeiam não só a vida da protagonista, mas também de todas as crianças marginalizadas pelo racismo de uma sociedade construída em bases coloniais e escravocratas. Por meio da escrita de Lobato, somos transportados para um mundo violento e desigual em que a cor da pele condiciona não apenas o destino, mas também a dignidade e os direitos básicos de um indivíduo. Nesse contexto, os estudos críticos de Muzart (1995) acerca do conceito de cânone lançam luz sobre esses aspectos, oferecendo uma análise profunda das relações de poder e de representação presentes na literatura brasileira. Eles nos convidam a refletir sobre o modo como obras como *Negrinha* (Lobato, 1920), para além de reproduzirem a realidade social na qual se inserem, também influenciam a construção de identidades e visões de mundo. Portanto, ao mergulharmos nesse universo literário, somos instigados a questionar não apenas o conteúdo das obras, mas também o papel político do autor, o discurso sociocultural por trás de sua escrita e o impacto de suas palavras na sociedade. A análise crítica desses textos nos leva a um profundo questionamento sobre os discursos dominantes, as hierarquias sociais e a necessidade urgente de desconstruir ideias racistas enraizadas na nossa cultura e na nossa literatura.

Para refletir acerca do papel do autor na literatura e da sua relação com o discurso de poder, recorreremos a teóricos como Roland Barthes (1967) e Michel Foucault (1969), que oferecem perspectivas distintas, porém complementares, sobre o tema. Barthes, em seu ensaio intitulado *A Morte do Autor* (Barthes, 1967) argumenta que o autor não é o único responsável pelo significado de uma obra, defendendo a ideia de que o texto deve ser analisado independentemente de sua origem. Para ele, a autoridade do autor na interpretação de sua própria obra deve ser questionada, pois o texto é um espaço de produção de significados que vai além das intenções do autor. Por outro lado, Foucault, em suas reflexões sobre a autoria e o discurso, destaca o papel do autor como uma figura inserida em um contexto histórico e social específico, cujas obras são influenciadas por relações de poder e sistemas de conhecimento (Foucault, 1969). Para Foucault, a autoria não é uma noção fixa e estática, mas sim

uma construção discursiva que reflete as dinâmicas sociais e ideológicas de uma determinada época.

Essas diferentes perspectivas nos levam a questionar não apenas o papel do autor na produção literária, mas também as implicações de seu trabalho no contexto mais amplo da sociedade. Ao considerarmos como o discurso, enquanto elemento de poder, atua também na literatura, é crucial reconhecer que a autoria não é uma questão isolada, mas sim parte de um sistema de relações complexas que moldam a produção, a circulação e a recepção das obras. É importante destacar, ainda, que a reflexão sobre o papel do autor na produção literária e suas implicações sociais será enriquecida, aqui, com as contribuições de outros estudiosos e de outras estudiosas que discutiram essas questões em profundidade. Assim, além de Roland Barthes (1967) e de Michel Foucault (1969), recorreremos a Jacques Derrida (1967), cujo conceito de desconstrução oferece-nos *insights* valiosos sobre a natureza fluida e multifacetada da autoria. Derrida (1967) argumenta que os textos literários são marcados por uma multiplicidade de significados que transcendem as intenções do autor e que a própria noção de autoridade do autor é problemática. Essa perspectiva desafia a ideia de uma autoria estável e unívoca, destacando a complexidade da relação entre autor, texto e leitor.

Levando isso em conta, os estudos de Edward Said (1978) sobre orientalismo oferecem uma lente crítica para compreendermos como as representações literárias são influenciadas por dinâmicas de poder e hierarquias culturais. A partir de Said, podemos compreender que as obras literárias frequentemente perpetuam estereótipos e visões exóticas do outro, contribuindo, assim, para a manutenção do poder colonial e imperial (Said, 1978). De acordo com a sua perspectiva, tais narrativas são moldadas pelos interesses dominantes e, muitas vezes, obscurecem a complexidade e a diversidade das culturas para as quais se voltam, reforçando, assim, as estruturas de poder existentes.

Além disso, a teoria feminista apresenta uma análise profunda das dinâmicas de poder a partir da qual podemos considerar, também, a literatura, destacando a maneira como as vozes das mulheres foram historicamente silenciadas e marginalizadas. Autoras como Simone de Beauvoir (1949) e bell hooks (1984) elucidam os desafios únicos enfrentados pela autoria feminina em sociedades patriarcais, nas quais as mulheres são frequentemente relegadas a papéis

subalternos (Beauvoir, 1949) (hooks, 1984). A marginalização e o silenciamento das vozes femininas na literatura não refletem apenas as experiências individuais das autoras, mas também evidenciam as normas e as expectativas de gênero impostas pela sociedade em relação às mulheres, com destaque, no contexto deste trabalho, para aquelas que são representadas literariamente pelos homens.

Ao conectarmos essas análises à reflexão sobre o discurso de poder na literatura, torna-se evidente como a representação das mulheres é influenciada e moldada por estruturas sociais e culturais dominantes que seguem padrões racistas, coloniais e patriarcais. Nas obras literárias escritas por homens, as mulheres, muitas vezes, são retratadas de acordo com estereótipos e expectativas de gênero predefinidas, refletindo e reforçando as hierarquias de poder existentes. Nesse contexto, a literatura, portanto, pode não apenas reproduzir, mas também legitimar as visões patriarcais da sociedade para a qual se volta, como um meio para ajudar a consolidar o poder e a autoridade masculina sobre as mulheres dentro e fora da literatura.

Essa análise crítica da representação das mulheres na literatura e do outro na figura do oriental destaca a importância de se questionar não apenas o conteúdo das obras, mas também as estruturas de poder que permeiam sua produção e sua recepção. A desconstrução dessas representações estereotipadas e limitadas requer não apenas uma reflexão sobre as experiências que as autoras podem nomear a partir das especificidades de suas obras, mas também uma análise cuidadosa das normas sociais e culturais que influenciam a produção literária (Muzart, 1995). Somente ao desafiar ativamente essas estruturas de poder e promovermos uma leitura crítica e consciente das obras literárias, podemos aspirar a uma representação mais justa e inclusiva das mulheres e de todos os outros grupos minoritários na literatura e na sociedade como um todo. Portanto, ao examinarmos o papel do autor na literatura e suas implicações sociais, é crucial considerar essas perspectivas teóricas que nos ajudam a entender as relações de poder na produção e interpretação das obras literárias. A autoria não pode ser dissociada das estruturas sociais e culturais mais amplas que moldam a produção cultural. É somente ao reconhecer e questionar essas dinâmicas de poder que podemos realizar uma análise mais completa e significativa das obras literárias.

Portanto, ao analisar *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1920), à luz desses debates, somos levados a questionar não apenas o papel do autor, mas também as estruturas de poder que influenciam os processos de produção e de interpretação literárias. A desconstrução das ideias racistas enraizadas na nossa cultura e na nossa literatura requer não apenas uma reflexão sobre o conteúdo das obras, mas também uma análise crítica das relações de poder que permeiam os processos de produção e de recepção literária. Essa análise crítica leva-nos a um profundo questionamento sobre os discursos dominantes, as hierarquias sociais e a necessidade urgente de combater ideias racistas enraizadas na nossa cultura e na nossa literatura. Como destacado por Azevedo (2003), a representação estereotipada e desumanizante da personagem para qual este trabalho se volta perpetua ideias preconceituosas presentes na sociedade brasileira da época. Ao mesmo tempo, a obra tem sido objeto de análises críticas, como a de Coutinho (2005), que ressalta a importância de considerá-la em seu contexto histórico e social. No entanto, ao conectarmos essa análise com estudos sobre a literatura brasileira e sobre as desigualdades raciais e os discursos que as atravessam, a partir de Munanga (2004) e de Hall (1997), percebemos que obras como *Negrinha* (Lobato, 1920) contribuem para a perpetuação do racismo e das relações excludentes de poder que embasam a construção do cânone literário.

Para compreendermos esse processo, discutiremos, ao longo deste trabalho, a representação desigual entre personagens brancos e negros, bem como a ambiguidade do narrador em certos trechos da narrativa. Tais elementos, conforme discutiremos, dentre outras questões, evidenciam uma visão discriminatória e hierarquizada de raça. Essa compreensão, numa perspectiva mais ampla, pode nos ajudar a traçar caminhos por meio dos quais seja possível desconstruir as ideias racistas enraizadas na nossa cultura e na nossa literatura por meio de uma análise crítica das relações de poder que permeiam o processo de produção e de recepção literária. Para isso, conforme argumentamos ao longo deste trabalho, precisamos questionar não apenas o conteúdo das obras, mas também os sistemas de valores e as hierarquias sociais que as sustentam, uma vez que a crítica literária deve estar atenta às dinâmicas de poder que atravessam a produção literária e influenciam a interpretação das obras.

Feitas essas considerações iniciais, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o discurso racista presente no conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1920), evidenciando como as representações literárias contribuem para a perpetuação de estereótipos e de hierarquias raciais na sociedade brasileira. A obra de Lobato, reconhecida como parte integrante do cânone literário brasileiro, oferece uma visão crítica sobre a realidade das crianças negras, no início do século XX, mas também perpetua ideologias racistas que ainda permeiam a sociedade contemporânea.

Para desenvolver essa análise, o trabalho está estruturado em duas seções. Na primeira, será apresentada uma revisão teórica abrangente sobre a estrutura de poder e o discurso de poder presentes na literatura e como a autoria pode contribuir para a sua manutenção, com base nos estudos de autores como Frantz Fanon (2008), Stuart Hall (2006), Michel Foucault (1979) e Cida Bento (2005), dentre outras referências. Esta seção fornecerá o embasamento teórico necessário para compreender como a literatura pode tanto refletir quanto reforçar as dinâmicas de poder e discriminação racial.

Na segunda seção, será realizada uma análise do conto *Negrinha* (Lobato, 1920), destacando os aspectos do discurso racista presentes na narrativa. Serão examinadas a caracterização da personagem principal, as relações de poder entre a protagonista e as outras personagens e a linguagem utilizada pelo narrador para descrever a protagonista. Essa análise permitirá identificar as estratégias narrativas empregadas por Monteiro Lobato para perpetuar estereótipos raciais e desumanizar os corpos negros.

Por fim, as considerações finais retomam os principais achados do trabalho, refletindo sobre a importância de uma leitura crítica das obras literárias e a necessidade de desafiar as representações estereotipadas no cânone literário. Espera-se, com este trabalho de conclusão de curso, contribuir para um debate mais aprofundado sobre o papel da literatura na construção e na perpetuação das ideologias racistas, bem como destacar a responsabilidade das leitoras e dos leitores, bem como das educadoras e dos educadores, em promover uma leitura crítica e consciente das obras literárias, com destaque, aqui, para as que compõem o cânone literário brasileiro.

## 2. DISCURSO E AUTORIA

A análise do discurso, ao ser conectada à autoria, abre um campo vasto para entender como as práticas discursivas não apenas expressam, mas também moldam e são moldadas por relações sociais e culturais. Encarar o discurso não apenas como um meio de comunicação, mas como um elemento imerso em contextos de poder, identidade e ideologia, oferece uma perspectiva mais rica das dinâmicas que configuram a autoria.

O formalismo russo, que emergiu no início do século XX, representou uma abordagem inovadora para a crítica literária ao enfatizar a análise das formas e estruturas internas dos textos. Defensores dessa escola, como Viktor Shklovsky(1965) e Roman Jakobson(1971), destacaram a autonomia estética da literatura, argumentando que a compreensão dos textos deveria focar nos dispositivos literários e nas técnicas narrativas. Esse enfoque, que procurava desvincular a análise literária de contextos externos ao texto, ajudou a solidificar a importância da forma e da técnica na literatura.

Contudo, o formalismo russo não é isento de críticas. Uma crítica fundamental se refere ao seu reducionismo estrutural, que frequentemente isola o texto de seu contexto social e histórico. Terry Eagleton (1996) contesta essa abordagem, argumentando que o formalismo reduz a literatura a uma mera análise técnica, ignorando o papel essencial do contexto sociocultural na produção e interpretação dos textos. Para Eagleton, a literatura não é uma prática neutra, mas sim engajada socialmente, refletindo e interagindo com ideologias e estruturas de poder presentes na sociedade.

Fredric Jameson (1981) contribui para essa crítica ao afirmar que a análise formalista falha ao não considerar como a literatura está imbricada em relações sociais e ideológicas mais amplas. Jameson defende que uma análise literária eficaz deve avaliar como os textos refletem e desafiam as estruturas de poder e as ideologias dominantes, o que o formalismo, ao focar exclusivamente nas estruturas internas do texto, deixa de abordar.

Além disso, Eagleton (1996) também critica o formalismo por negligenciar a ideologia. Para ele, o formalismo não examina adequadamente como os textos literários participam na construção e perpetuação de ideologias dominantes. A literatura, ao invés de ser vista como um objeto estético autônomo, deve ser compreendida como um meio através do qual ideologias são propagadas e contestadas.

Para superar as limitações do formalismo russo, é crucial adotar abordagens teóricas que integrem o contexto social e ideológico na análise literária. Mikhail Bakhtin, por exemplo, desafiou a perspectiva formalista com sua teoria da dialogicidade, que enfatiza a importância da interação social e da multiplicidade de perspectivas na construção do significado literário (Bakhtin, 1981). Bakhtin argumenta que a literatura deve ser entendida não apenas em termos de suas estruturas internas, mas também em relação ao diálogo entre diferentes vozes e ideologias presentes nos textos.

Tzvetan Todorov também contribuiu para a crítica ao formalismo ao situar a literatura dentro de um contexto cultural e histórico mais amplo. Todorov (1971) destaca a necessidade de considerar o ambiente em que os textos são produzidos e recebidos, defendendo que a análise literária deve levar em conta como os textos se relacionam com as práticas culturais e sociais do seu tempo. A perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu oferece uma compreensão adicional ao argumentar que a literatura deve ser analisada em relação às práticas sociais e aos campos de poder que a moldam. Bourdieu (1996) examina como a literatura está inserida em um campo social de relações de poder e capital cultural, e como as práticas discursivas podem ser utilizadas para exercer controle e perpetuar hierarquias sociais.

A análise do discurso e da autoria demanda uma abordagem que transcenda as estruturas formais dos textos, integrando as práticas discursivas aos contextos sociais e ideológicos específicos. Embora o formalismo russo tenha contribuído significativamente para a análise estética da literatura, suas limitações em relação ao contexto social e ideológico devem ser reconhecidas. Abordagens teóricas como as de Bakhtin, Todorov e Bourdieu oferecem perspectivas valiosas, permitindo uma compreensão mais abrangente da literatura como um campo de interação social e ideológica, essencial para desvelar as dinâmicas de poder e identidade.

## 2.1 O DISCURSO E AS RELAÇÕES DE PODER

O ato de dizer, expor ideias, comunicar algo é limitado ou permitido por relações sociais – não se fala apenas o que se deseja, mas há um contrato social que permite a permanência do discurso na realidade. Segundo Foucault (2014), o discurso, ao ser materializado na realidade, depende das relações sociais de poder e de desejo para sua manutenção. Logo, mesmo que o discurso pareça não representar força, a conservação de um discurso em detrimento de outros revela o quanto ele possui privilégio social diante dos inúmeros outros discursos que se materializam, mas que são, subitamente, silenciados socialmente.

Além disso, é crucial reconhecer que o sentido do discurso não pode ser reduzido apenas às relações formais entre significado e significante, como proposto pelo estruturalismo linguístico. Embora o estruturalismo tenha fornecido uma base importante para o estudo da linguagem, sua abordagem limitada às estruturas internas da língua não captura completamente a complexidade e a riqueza do discurso humano (Eagleton, 1996). Como observa Saussure (2012), o estruturalismo linguístico, ao se concentrar exclusivamente nas relações formais da língua, negligência o papel crucial do contexto social e histórico na produção e interpretação do discurso.

Dessa forma, ao contrário da visão estruturalista, que enfatiza principalmente a organização interna da linguagem, uma abordagem pós-estruturalista do discurso reconhece que sua significação é profundamente influenciada pelo contexto social, histórico e cultural em que ocorre. Logo, o discurso não é simplesmente uma sequência de unidades linguísticas, mas sim uma forma de interação social que reflete e reproduz relações de poder, de identidade e de ideologia.

Nesse sentido, entender o discurso requer uma análise que vá além das estruturas formais da língua e leve em consideração as práticas discursivas em contextos específicos. Isso envolve examinar não apenas as palavras e frases utilizadas, mas também as situações comunicativas, as relações de poder subjacentes à produção discursiva e as condições socioculturais que moldam a produção e interpretação do discurso. Orlandi (1999), em sua abordagem à análise do discurso, destaca a importância de considerar não apenas as estruturas formais da língua, mas também as práticas discursivas em contextos específicos. Sendo assim, segundo a autora, o discurso não é apenas uma manifestação linguística, mas também um

campo de lutas simbólicas, por meio das quais diferentes vozes e interesses entram em conflito.

Assim, ao refletir acerca do discurso, Orlandi (1999) enfatiza a necessidade de ir além das palavras e frases utilizadas, buscando compreender os propósitos comunicativos subjacentes e as relações de poder que permeiam o processo discursivo. Para ela, o discurso não é neutro, mas construído dentro de determinados contextos sociais, políticos e ideológicos, refletindo e reproduzindo assimetrias de poder e hierarquias sociais (Orlandi, 2001). Portanto, uma análise do discurso, de acordo com Orlandi, requer uma abordagem crítica que leve em consideração não apenas as formas linguísticas, mas também as condições socioculturais que influenciam sua produção e sua interpretação. Essa perspectiva ampliada permite compreender o discurso como um campo dinâmico de significação em que se entrelaçam questões de linguagem, de poder e de identidade.

Dessa forma, ao explorarmos os possíveis sentidos do discurso, é essencial adotar uma abordagem que integre tanto os elementos estruturais quanto os contextuais, reconhecendo a complexidade e a diversidade das práticas discursivas humanas. Conforme Foucault (2014), essa perspectiva mais ampla permite-nos compreender o discurso não apenas como uma manifestação da estrutura da língua, mas como uma forma dinâmica de interação social que desempenha um papel fundamental na construção e na negociação de significados dentro de uma sociedade.

Pode-se, dessa forma, entender que o discurso não é apenas “[...] aquilo que manifesta o desejo; é também, aquilo que é objeto do desejo [...]” (Foucault, 2014, p.10); ou seja, é um ambiente de conflito por meio do qual se exerce e se chega ao poder desejado. Dessa maneira, analisa-se no discurso não apenas a capacidade de materializar a realidade e, logo, suas relações de poder; mas, também, compreende-se o discurso como objeto que integra as relações sociais de poder, com a possibilidade, inclusive, de contribuir para que elas ocorram e se perpetuem.

Essas manifestações de poder que são materializadas a partir do discurso podem ocorrer tanto pelo que é concretizado nos enunciados quanto por meio de um silenciamento do objeto, um não dito, não falado na língua, excluído pelo discurso, não pela sua inexistência, mas devido a uma manutenção de relações de poder (ORLANDI, 2001). Logo, o objeto falado permanece no discurso, apoderando-se do

local de domínio, permitindo que as estruturas de poder não sejam obstruídas pelo objeto que busca silenciar.

Ao afirmar que “em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição” (Foucault, 2014, p.9) Foucault, relaciona o tabu do objeto a um pacto tácito entre falantes, que pode ser inconsciente ou consciente. Assim, por exemplo, a decisão de não falar sobre algo não ocorre apenas por um desejo íntimo ligado aos sujeitos, pois até esse desejo não é arbitrário à manutenção das relações de poder presentes no discurso. Esse reconhecimento do não poder falar sobre um assunto está ligado a uma hierarquia nas relações de poder, uma manutenção feita a partir de contratos entre os falantes, assinados não por eles – sujeitos que utilizam do discurso para sua permanência nas relações sociais -, mas sim por aqueles que constroem os discursos de poder vigentes.

O acordo no discurso expõe apenas materialmente um acordo social, revelando, assim, as ideologias que organizam e reorganizam nossa sociedade. Logo, compreender o papel do discurso na perpetuação do racismo e na reprodução das hierarquias sociais é fundamental para uma análise crítica das estruturas de poder na sociedade. Assim, reiteramos que o discurso não é apenas uma manifestação linguística, mas também uma expressão material dos acordos sociais que organizam e reorganizam nossas relações sociais. Esses acordos, muitas vezes implícitos, revelam as ideologias dominantes que sustentam as relações de poder e suas redes de subordinação. Dessa forma, as práticas discursivas podem ser utilizadas para exercer controle sobre os corpos e sobre as identidades dos sujeitos, perpetuando assim as hierarquias sociais (Foucault, 1979). Dessa forma, o discurso não apenas reflete, mas também contribui ativamente para a reprodução das desigualdades sociais, incluindo o racismo.

A partir dessa discussão, podemos compreender o modo como Edward Said (2007), em *Orientalismo*, demonstra que o discurso eurocêntrico sobre o Oriente foi construído para legitimar a dominação colonial, criando representações culturais e discursivas que reforçam estereótipos e preconceitos em favor dos interesses e das relações de poder impostas pelo colonizador. Essas representações, ao refletirem uma visão intencionalmente distorcida do outro, servem para justificar a exploração e a opressão de povos colonizados. Assim, o trabalho de Said (2007) destaca como o

discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas também uma ferramenta poderosa de dominação e controle.

O discurso, nesse contexto, não é apenas uma mera troca de palavras, mas um campo de batalha no qual as ideias podem moldadas, contestadas, legitimadas ou deslegitimadas. Como ressalta Foucault (1975), o poder se manifesta por meio do discurso, influenciando não apenas as interações sociais, mas também as estruturas de dominação e de subordinação. Nesse sentido, o racismo não é apenas uma questão individual, pois faz parte de um sistema de opressão enraizado nas estruturas sociais e culturais, cuja reprodução é facilitada e mantida pelo próprio discurso. A linguagem, longe de ser neutra, reflete e perpetua as relações de poder existentes na sociedade, conferindo legitimidade a visões de mundo específicas, em detrimento de outras, que são silenciadas.

Nesse contexto em que o discurso é intrinsecamente ligado ao poder, é crucial examinar de perto como as ideologias racistas são disseminadas e perpetuadas. Conforme aponta Said (2007), o orientalismo é um exemplo claro de como as representações culturais e discursivas podem ser usadas para consolidar hierarquias de poder, retratando o outro de maneira exótica e inferiorizada. Da mesma forma, no contexto brasileiro, a construção discursiva da identidade nacional, muitas vezes, exclui e estigmatiza grupos étnico-raciais minoritários, reforçando assim as estruturas de dominação racial.

Portanto, ao analisar o papel do discurso na reprodução do racismo, é essencial reconhecer sua função na legitimação e perpetuação das hierarquias sociais. Conforme mencionado anteriormente, o discurso não é neutro. Ele é moldado por relações de poder e influencia ativamente a forma como percebemos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. Assim, uma abordagem crítica do discurso permite desvelar as ideologias que são subjacentes a ele e sustentam as estruturas de poder. Tal abordagem abre espaço para a construção de estratégias de resistência e de combate contra o racismo e outras formas de opressão.

Segundo Cida Bento (2022), a estrutura social é construída para sustentar um pensamento hierárquico de raça e de gênero, um pensamento produzido com a função de manter o sistema colonial que estrutura as relações presentes na sociedade brasileira. Dessa forma, quando se tem um não dizer no discurso, várias estruturas de poder concorrem para a manutenção do poder estabelecido. No caso da análise a ser

realizada aqui, essas forças discursivas atuam para o silenciamento de ideias que ameaçam a ideologia dominante. Isso é o que acontece quando o cânone literário reproduz um discurso colonial e impede a entrada, em seu domínio, de vozes outras que propaguem, por exemplo, o discurso decolonial<sup>1</sup> (Quijano, 2010). Dessa forma, o que é dito, ou seja, o que é permitido dizer, revela qual o pensamento dominante na sociedade.

Essas ideologias, enraizadas na história colonial, continuam a influenciar e a organizar a sociedade pós-moderna, sustentando sistemas de dominação e de opressão (Bento, 2022). Logo, ao analisar os acordos do discurso, ou seja, o que é permitido ser dito e reconhecido como legítimo dentro de uma determinada cultura ou contexto, podemos identificar como as ideologias dominantes se manifestam e se reproduzem. O não dizer, nesse sentido, funciona como uma forma de censura ou de exclusão, silenciando vozes dissidentes e reforçando a hegemonia do discurso dominante. Assim, o que é dito publicamente e em espaços institucionais de poder, como é o caso do cânone literário, reflete não apenas as ideias e os valores aceitos pela sociedade, mas também as estruturas de poder que moldam e controlam o discurso. O discurso dominante, portanto, revela as dinâmicas de poder e as relações de dominação presentes na sociedade, enquanto o não dizer atua como um mecanismo de preservação e reforço dessas estruturas de poder.

Percebe-se que essa relação de soberania do discurso não se liga tão diretamente ao que é dito - como em uma noção de valor: justo e injusto, correto e incorreto - , mas a quem propaga esse discurso, o local de privilégio que esse sujeito ocupa na sociedade e se seu discurso condiz com a manutenção das relações sociais vigentes. A título de exemplo, tem-se a ideia do discurso do louco, antes do fim do século XVIII não se pensava em entender se aquilo que era dito pelo sujeito estigmatizado como louco possuía algum valor social (Foucault, 2014). Sendo assim, o local que ele ocupava socialmente era de silenciamento e o seu discurso caía no ostracismo, tendo a possibilidade de ser validado apenas em sentidos religiosos.

---

<sup>1</sup> Decolonialidade é um conceito central no pensamento crítico contemporâneo que questiona e desafia as estruturas de poder e de conhecimento estabelecidas pelo colonialismo. Originado no trabalho de pensadoras e de pensadores latino-americanos, esse conceito busca dismantlar a colonialidade do poder. Anibal Quijano (2010) argumenta que a colonialidade do poder é uma estrutura de dominação que sobrevive ao colonialismo, reorganizando-se em novas formas e continuando a influenciar as relações sociais, econômicas e culturais.

Dessa forma, esse sentido religioso de validação do discurso do louco, conecta-se à ideia da busca pela verdade, elemento que atua como validação dos discursos de poder.

No caso da literatura, essas relações de valor atribuídas ao discurso que se assemelha à verdade são discutidas por Aristóteles (2010), em *A poética*. Aristóteles vai defender que o discurso literário mais forte era o que se assemelhava à verdade, ou seja, por meio de uma *mimese* do real teríamos uma literatura de caráter mais elevado. Essa valoração da verdade, por meio da *mimese*, trazida pelo filósofo, confirma o desejo pelo verdadeiro no discurso, sendo este, dessa forma, o local em que essa verdade é materializada. Foucault afirma que “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas[...]” (Foucault, 2014, p.17). Logo, o desejo pela verdade fortalece o discurso, e a verdade presente em determinados discursos, mantendo as relações de poder, apresenta-se por meio de suportes institucionais como a pedagogia, a ciência e, também, a literatura.

Entender o texto literário como o local em que se manifesta o discurso de poder opõe-se ao que os formalistas russos entendiam como literatura. Jinmunki (1976) afirma que essa ideologia formalista reduz a literatura ao fazer artístico, nada além de métodos ligados ao estilo e à forma. O conteúdo seria apenas o elemento presente dentro da obra, nada externo a ela possuía valor dentro da análise literária. No entanto, essa ideia esteticista não se consolidava ao avaliar elementos sociais dentro dos textos literários, não ligados a elementos de construção estética internos, mas sim a elementos que se validam a partir da sua relação com o real.

Críticos como Antônio Candido (2000) adotaram uma abordagem sociológica para a análise literária, destacando a importância da relação entre a obra e seu contexto social, político e histórico. Candido (2000) argumenta que a literatura não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser situada dentro das condições materiais e ideológicas de sua produção. Para ele, a análise literária deve considerar não apenas os aspectos formais da obra, mas também suas implicações sociais e seu papel na construção e contestação das estruturas de poder. Nesse sentido, a crítica sociológica de Candido (2000) opõe-se à abordagem formalista dos textos literários, pois reconhece a importância dos elementos sociais na produção, na recepção e na

circulação das obras. Ao enfatizar a relação entre a literatura e a sociedade, Candido (2000) amplia o escopo da crítica literária, permitindo uma compreensão mais abrangente do papel da literatura na vida cultural e política.

Cabe salientar, no contexto dessa discussão, que se entende a realidade na literatura diferente do que se espera de um texto não literário. Segundo Iser (1978), o texto ficcional parte de elementos contextuais, ligados à realidade do autor, sendo este produtor daquele. Para esse teórico, “[...] quando a realidade repetida no fingir se transforma em signo ocorre forçosamente uma transgressão de um determinado correspondente. O ato de fingir é, portanto, uma transgressão de limites. [...]” (Iser, 1978, p.958). Logo, percebe-se que o texto ficcional possui em si elementos socioculturais escolhidos pelo autor para construir o sentido da obra.

Entende-se então que a realidade presente no texto literário está ligada à substância do conteúdo do discurso, pois o discurso literário em si é produzido a partir de uma seleção, de uma combinação e de uma ruptura do real. Ou seja, o autor do texto literário é responsável pela decomposição do real no texto, pelo fingimento dele, visto que é na obra literária que se encontra uma ruptura dos limites do real, de seus elementos contextuais. No entanto, essa ruptura sempre tem como ponto de partida os elementos contextuais presentes no mundo dito não ficcional, visto que o autor seleciona o que irá transgredir do real posto no texto. Sendo assim, a obra rompe com o real a partir da seleção de elementos da própria realidade, produzindo, dessa forma, uma obra que se materializa a partir das transgressões das estruturas. Nesse sentido,

Se o ato de seleção constitui os campos de referência do texto como sistemas contextuais de contornos nítidos e diferenciáveis, cujos limites é transgredido, então nesse processo ocorre uma perda de articulações precedentes e uma reintegração dos elementos escolhidos em uma nova articulação. Assim, os elementos escolhidos terão outro peso do que tinham no campo de referência existente[...]. (Iser, 1978, p. 962)

O autor, a partir da sua escolha, rompe com a estrutura em que a realidade se apresenta a ele. E, dessa forma, nessa curadoria de elementos da realidade que escolhe decompor, as intenções da obra e, conseqüentemente, do autor, podem ser expostas. Sendo assim, o que se escolhe referenciar, bem como os elementos que foram decompostos no texto para que o ato de fingir seja possível, apresenta o discurso presente na obra. Iser afirma que, nesse ato de fingir constitutivo da obra,

apresenta-se um “[...] suprimir, complementar e valorizar” (Iser, 1978, p. 962). Nessa construção, o autor, ao suprimir os elementos do contexto na obra, escolhe outros complementando-os e, dessa maneira, valoriza esses em detrimento dos outros não contextualizados.

Dessa forma, a obra literária apresenta elementos da realidade, dialoga com eles e os desconstrói, pois o ficcional não se materializa pela total oposição da realidade, mas parte dela para que sua construção seja possível. Por isso, o discurso também se materializa na obra, sendo ele parte da realidade que o autor escolhe e decompõe, apresentando, assim, a partir dessa curadoria do real uma intencionalidade da obra literária e do próprio escritor.

Ao mergulhar na criação literária, o autor não apenas reflete a realidade, mas também a interpreta e a reconfigura por meio de sua subjetividade. Esse processo de seleção e de recriação dos elementos da realidade revela não apenas as características do mundo externo, mas também os anseios, as preocupações e as perspectivas do próprio autor, que aparecem emaranhados na trama da narrativa. Assim, a obra literária é uma expressão única do ponto de vista do autor, uma síntese complexa de suas experiências, de seus valores e de suas visões de mundo.

No entanto, ao mesmo tempo em que o autor imprime sua subjetividade na obra, esta não se limita a uma mera representação de suas ideias e de seus sentimentos. A narrativa literária transcende a individualidade do autor e adquire uma vida própria, interagindo com os leitores e adquirindo significados diversos ao longo do tempo (Iser, 1978). Dessa forma, a literatura torna-se um espaço de diálogo e de interação em que diferentes discursos se encontram e se entrelaçam, enriquecendo o universo simbólico da obra.

É preciso observar, aqui, que tal noção de construção literária opõe-se à conceituada pelos formalistas russos, que não observavam o texto literário como um discurso materializado historicamente. A exemplo, poder-se-ia afirmar, a partir dos formalistas, que Camões (1972) estava envolvido apenas por um desejo artístico ao produzir *Os Lusíadas*. Os pensamentos do autor transitaram, dessa forma, pelos versos e pelas estrofes dos cantos presentes nas obras. Logo, assim como ao iniciar sua declamação o eu-lírico pede auxílio às miríades dos rios, o poeta evocava tal inspiração internamente:

As armas e os Barões assinalados  
 Que, da Ocidental praia Lusitana,  
 Por mares nunca de antes navegados  
 Passaram ainda além da Taprobana,  
 Em perigos e guerras esforçados,  
 Mais do que prometia a força humana,  
 E entre gente remota edificaram  
 Novo reino, que tanto sublimaram;  
 (Camões, 1972, CANTO 1)

Porém, na primeira estrofe do canto da obra de Camões, percebemos elementos semióticos que dialogam não apenas com um discurso interno, mas também com um discurso político externo. O discurso que coloca Portugal no Ocidente, um local “misterioso”(v.3), mas também ocupado por grandes potências europeias. É nesse local que o discurso presente em *Os Lusíadas* mostra como Portugal “em perigos”(v.5) e “guerra”(v.5) desbravou esse Ocidente também dominado pelos países inimigos. O que os formalistas avaliariam como a beleza estética em uma obra literária, longe de qualquer elemento discursivo e que encontra sentido em uma estética intrínseca à obra, é a representação de um discurso que encontra o seu valor na guerra, na colonização e no imperialismo português.

Segundo Eagleton (2009), os formalistas não negavam que a realidade estaria presente nas obras literárias, mas ela seria apenas um pretexto para o fazer literário. Sendo assim, para os formalistas, *Os Lusíadas* não seria visto como uma obra essencialmente imperialista e como uma ode ao colonialismo de parte do ocidente realizado por Portugal. Dessa forma, a obra não se relacionava diretamente ao discurso dominante, utilizando-o apenas como instrumento para arte, não pelo seu poder e presença significativa na sociedade vigente.

Assim, os formalistas pensam em um fazer literário desassociado do discurso e entendem literatura como poesia apenas (Eagleton, 2009), longe dos ideais defendidos por Candido (2000) e Iser (1978). Ou seja, todo o texto resume-se ao seu interior, opondo-se ao externo, sendo o discurso da obra estranho àquele presente na realidade. Logo, o caráter literário advinha das relações diferenciadas entre um tipo de discurso e outro, não sendo, portanto, uma característica perene (Eagleton, 1996). No entanto, ao afirmar o estranhamento do discurso na literatura como uma característica inerente à obra, esgota-se o uso do próprio discurso poético a poemas,

opondo-se aos estilos literários que encontram seu valor na retratação do real, como o realismo.

Dessa forma, é possível entender o texto literário, como propõe Eagleton (1996), a partir não apenas de mobilizações linguísticas com a função de chegar ao belo, contrariando-se ao discurso comum, mas também por meio da relação que a literatura proporciona aos sujeitos, dialogando com o seu comportamento. Ou seja, a literatura não é apenas produzida esteticamente pelo ser humano, ela é atravessada por discursos que moldam as suas ações.

A partir das teorias foucaultianas, podemos entender esse poder discursivo presente na literatura ao apresentar o ensino como mecanismo de propagação do discurso de poder (Foucault, 1966); pois há, socialmente, a valorização de saberes em detrimento de outros. É a escolha do que será exposto, apresentado e ensinado que condiciona qual é o discurso de poder, visto que não se ensina aquilo que não é institucionalmente aceito. Ou seja, quando se coloca um livro como *Os Lusíadas* no cânone literário, não é apenas pela qualidade do seu valor estético, mas também pelo seu valor discursivo, pois a “[...] literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência [...]” (Foucault, p.13, 2006). Dessa forma, a validação das obras literárias transcende o seu valor estético e se fixa em um valor material, construído pela sua relação com o real e com os discursos aceitos e presentes na sociedade.

Dessa forma, a literatura pode ser utilizada na manutenção de um discurso. Nela são apresentados os discursos de poder de uma sociedade específica e, dessa forma, a literatura pode ser vista como um instrumento que tanto naturaliza quanto desnaturaliza discursos. Nas narrativas literárias, os discursos de poder dessa sociedade são frequentemente apresentados e reforçados, tornando-se parte integrante das estruturas narrativas e sendo aceitos como convencionais e naturalizados. Tomando como exemplo, *Os Lusíadas*, de Camões (1972), a colonização portuguesa é apresentada de forma heroica e glorificada, perpetuando assim uma visão colonialista e eurocêntrica da história.

No entanto, é importante ressaltar que a literatura também desafia essa naturalização, ao demonstrar que aquilo que é considerado natural é, na realidade, um produto histórico e cultural. Nela são apresentados os discursos de poder de uma determinada sociedade, apresentados nas narrativas e convencionados a partir da

sua aceitabilidade geral. Ou seja, na arte literária ocorre “a demonstração de que o que foi pensado ou declarado natural é na realidade um produto histórico, cultural” (Culler, 1999, p.22). A literatura, então, não pode ser considerada à parte da época em que está inserida, sendo ela fruto de um contexto sócio-histórico

Dessa forma, a literatura não apenas reproduz os discursos de poder preexistentes, mas também oferece espaços para questionamento e contestação dessas estruturas. Autores e autoras muitas vezes utilizam suas obras para subverter narrativas dominantes, questionar privilégios e dar voz a perspectivas marginalizadas. Por meio da arte literária, também é possível explorar diferentes visões de mundo, desconstruir estereótipos e ampliar o entendimento sobre as complexidades das relações sociais e culturais. Assim, a literatura não apenas reflete a sociedade, mas também contribui ativamente para sua transformação, pois ela é muito maior do que a lista de autores consagrados que pode caber no cânone de uma tradição literária.

## 2.2 CÂNONE LITERÁRIO: DISCURSO, RACISMO E AUTORIA

O poder presente no discurso está intimamente ligado ao saber algo. Segundo Foucault (1978, p.39), “[...] saber e poder eram exatamente correspondentes, correlativos, superpostos, não podia haver saber sem poder. E não podia haver poder político sem a detenção de um certo saber específico”. Ou seja, o conhecimento acerca de algo é um dos elementos determinantes do poder presente em um discurso. O que se sabe - o que se escolhe saber e transmitir – é poder, já que a seleção do que será dito é feita a partir de uma hierarquização dos conhecimentos, e quem hierarquiza tais conhecimentos, em muitos momentos, encontra-se na posição de quem pode dizer.

A esse respeito, Foucault (1978) argumenta que o poder não é apenas coercitivo, mas também produtivo, ou seja, ele não apenas restringe e controla, mas também cria e molda formas de conhecimento e de práticas sociais. No contexto do cânone literário, essa noção é fundamental para compreender como certos discursos sobre o que é considerado literatura de qualidade, de valor, ou clássica exercem poder ao determinar quais obras e autores são canonizados e quais são marginalizados. Dessa forma, observa-se uma relação entre a formação do cânone literário e o discurso de poder, visto que a literatura, em sua construção, está vinculada a um determinado saber, pré-estabelecido e construído pelos ciclos sociais. Logo, o escritor

cuja obra é canonizada tem seu reconhecimento vinculado a uma rede, que inclui relações de sociabilidade, da qual ele faz parte. Essa rede de relações, que se também se estabelece a partir do domínio de determinados saberes, é passível de dar-lhe poder, ou não, fazendo com que a sua obra seja mais ou menos aceita.

Nesse contexto, Zahidé Muzart (1995) destaca como as mulheres do século XIX foram sistematicamente excluídas do cânone literário, relegadas a papéis secundários e desencorajadas de participar ativamente da vida intelectual e literária. O contexto de exclusão ao qual se refere Muzart, em seu artigo, também se estende a homens que, por diversos vieses, não faziam parte dos grupos dominantes, como, segundo ela, aconteceu com o poeta Cruz e Souza, por ser negro, pobre, provinciano e simbolista (Muzart, 1995). Percebe-se, dessa forma, que, no contexto da literatura brasileira, a formação do cânone literário tem sido alvo de críticas intensas, evidenciando as complexas dinâmicas de poder, de exclusão e de marginalização que moldaram o panorama literário do país.

Dessa forma, Muzart (1995) argumenta que as mulheres foram confinadas a uma categoria restrita de "literatura feminina", limitadas a temas e estilos considerados apropriados para seu gênero. Embora autoras pudessem encontrar alguma aceitação dentro desses limites, dramaturgas e romancistas enfrentavam uma resistência ainda maior em comparação com outras escritoras, como as que se dedicavam à poesia, por exemplo. Isso se devia, em parte, à natureza mais pública e influente desses gêneros literários, que alcançavam um público mais amplo e exerciam maior impacto social. Além disso, as narrativas longas e complexas dos romances e peças teatrais muitas vezes desafiavam as convenções de gênero e as expectativas sociais em relação ao papel das mulheres na sociedade. Por essa razão, suas obras eram frequentemente menosprezadas ou ignoradas pela crítica da época, que tendia a privilegiar escritores masculinos e obras que reforçassem as normas e valores dominantes.

A hegemonia cultural exercida pelo eixo Rio/São Paulo/Minas também contribuía para a marginalização das dramaturgas e romancistas. Essas regiões eram os centros de produção literária mais reconhecidos e influentes do país, com maior visibilidade e acesso aos recursos culturais e institucionais. Assim, as obras produzidas foram desse circuito eram frequentemente relegadas ao segundo plano, sem receber a devida atenção e o devido reconhecimento (Muzart, 1995). Essa

dinâmica resultava em uma canonização seletiva, na qual apenas os autores e as obras alinhados com as preferências e interesses das elites culturais eram consagrados como parte do cânone literário nacional, enquanto os demais eram deixados de lado ou intencionalmente esquecidos. Sendo assim, há um discurso dominante que determina e limita os textos presentes no cânone literário. Esse discurso não é natural, mas projetado e construído pelas relações de poder. Diante dessas considerações, podemos afirmar que a literatura não é estática, nem imutável, pois se constitui como um campo em constante desenvolvimento e disputa, que reflete a diversidade e a complexidade da sociedade a qual pertence. Nesse contexto, as obras ditas canônicas não ocupam o seu lugar apenas por conta de uma qualidade em sua estrutura, mas também por meio de um poder que a coloca como canônica, poder esse delimitado por relações de classe, de gênero e de raça, conforme discutimos até aqui.

Sobre esse viés, percebe-se que tal relação de poder é apresentada pelo próprio conceito de cânone. O discurso é construído em torno do ideal de verdade, verdade essa que se opõe à mentira, criando, assim, uma noção dicotômica da realidade que fortalece o discurso de poder. Na perspectiva de Foucault (1979, p.13), a esse respeito,

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar”, mas o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder”.

A partir de Foucault, podemos compreender o modo como o discurso é estruturado a partir da noção da verdade e da sua relação com o poder. Ao trazer essa discussão para o âmbito deste trabalho, a partir da discussão do conceito de cânone, é possível entendê-lo como um discurso que adquire força a partir de um poder que advém de sua relação com a noção de verdade. Segundo Northrop Frye (2012), há uma relação entre os cânones literários e os mitos, já que ambos

desempenham um papel central na formação da identidade cultural de uma sociedade. Dessa forma, os cânones literários são compostos por obras que ressoam com os mitos universais e arquétipos humanos, proporcionando assim um meio por intermédio do qual as pessoas podem entender a si mesmas e o mundo ao seu redor.

O cânone religioso é gerado a partir de uma noção de sagrado - um conjunto de obras inspiradas pelo divino, não podendo, assim, serem mudadas (Frye, 2012). Sendo assim, o cânone literário formula-se do que se entende por sagrado: inspirado e intocável, uma verdade absoluta. No entanto, essa verdade pressupõe um poder, um poder que pressupõe um saber, estabelecido por relações culturais vigentes e materializadas no discurso.

Segundo Roberto Reis (1992), os líderes religiosos na Antiguidade detinham o poder pois possuíam uma autoridade presente nas palavras, no discurso, em que se materializa o conhecimento do sagrado. Nesse contexto, ao discutir-se sobre uma ideia de cânone que é gerada de uma noção do sagrado, debate-se, principalmente, uma ideia de sacro que nasce de um poder advindo do saber. O divino é poderoso, porque sabe mais, e não só isso, pois ele determina o que se deve saber e o que é saber.

Assim, o cânone literário parte de um princípio de obras que são, em certa medida, sacralizadas e imutáveis, assim como os mitos religiosos o são, já que contêm dentro de si um saber padrão. Durante o período da Idade Média, esse saber estava contido na Bíblia, lida e conhecida pelo clérigo, aquele que possuía o poder e o direito de saber. No entanto, com o Renascimento e o Humanismo, esse saber, mesmo que ainda ligado às camadas religiosas da sociedade, distancia-se de deus e renasce no homem, mas não em qualquer homem: apenas naquele que detém o discurso do saber.

A partir desse preâmbulo acerca da intersecção entre cânone e religião, percebe-se que a verdade determinada pela religião, apresentada na ideia de cânone, é materializada, principalmente, por uma cultura que estabelece o verdadeiro, pois o coloca como instrumento de domínio social (Reis, 1992). Dessa forma, as relações de poder que forjam uma cultura em determinada época determinam o falso e o verdadeiro, construindo esses dois conceitos por meio de ideologias dominantes para manutenção de uma estrutura; sendo, assim, o cânone definido não apenas pela qualidade estética das obras que o compõem, mas sim pelo saber que carrega dentro

de seus discursos, saber esse condicionado pelas relações de poder e por um processo de exclusão social.

Quando Muzart (1995) afirma, em sua obra, que a construção do cânone literário brasileiro é permeada por ideologias classistas, patriarcais e racistas, ela está reafirmando que o cânone é construído com a função de reafirmar uma verdade cultural que mantém o funcionamento do próprio sistema em que é gerado. Assim, o cânone, esse conjunto de obras clássicas e primordiais, é construído para a manutenção de um sistema, sistema esse que é branco, burguês e patriarcal.

Cabe salientar que essa possibilidade de manutenção presente na literatura é possível por conta de seu caráter predominante escrito. Walter Ong (2005) afirma, em *Oralidade e escrita: tecnologias da palavra*, que há diferenças entre sociedades predominantemente orais e sociedades letradas, destacando como a escrita não apenas registra, mas também influencia a maneira como pensamos e nos comunicamos. Logo, a escrita alfabética, por exemplo, permite uma forma de pensamento mais analítica e linear, que tem sido valorizada em detrimento de outras formas de conhecimento oral.

Pode-se, dessa forma, compreender melhor como a escrita não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas também um meio de controle e legitimação do conhecimento. Por meio do controle sobre a produção e circulação de textos, grupos sociais específicos e instituições exercem influência sobre a narrativa cultural e moldam as percepções coletivas sobre o mundo (Reis, 1992). Essa perspectiva permite entender a escrita como um campo de disputa e de resistência em que diferentes vozes buscam espaço e reconhecimento em meio a relações de poder complexas.

É importante destacar, nesse contexto, que o cânone literário e a própria literatura não estabelecem sentido com o real somente em uma relação de quem detém a verdade e pode escrever, mas também de quem pode ler e irá ler essas obras. O poder é uma relação entre dominado e dominante, sendo o discurso de poder presente na literatura mantido, também, por meio da leitura das obras que compõem o cânone. Ele é uma relação entre quem escreve a obra e seu leitor, sendo o autor não um morto que não possui domínio sobre o que escreve, mas sim aquele que trilha os caminhos de sentidos possíveis para o seu leitor.

Reis (1992, p.69) afirma que “[...] toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder”. Ou seja, o sentido da obra literária também é delimitado pelos discursos daquele que lê a obra. O leitor, assim como o autor, também possui um poder marcado por sua classe social, seu gênero e sua raça. Retomando Foucault (1969), podemos afirmar que esse lugar privilegiado do sujeito que lê é marcado pela autoridade conferida pelas instituições às quais um leitor especializado vincula-se. No caso do estudo literário e de suas relações com o cânone, entramos em um contexto de validação e de valoração de algumas obras em detrimento de outras. Passa-se, então, a um cenário em que quem detém o poder reveste-se dele para determinar o que é, ou não, a boa e a verdadeira literatura.

Feitas essas considerações, pode-se afirmar três fundamentos do cânone: o cânone é um elemento que determina e materializa o saber de uma época; o saber é determinado pelo discurso dominante presente na língua, principalmente, no contexto de uma língua escrita; essa escrita será lida por pessoas que dialogam com o mesmo discurso de poder do autor. Ou seja, a partir do cânone literário, constrói-se uma intrincada e complexa relação de poder, atravessada pelo discurso da autoridade de quem escreve e de quem lê determinadas obras a partir, não só de suas especificidades de gênero, de raça e de classe, mas também do lugar que ocupa na rede discursiva da qual faz parte a partir desses critérios. Assim, a valorização de obras canônicas também é, em certa medida, definida por quem a lê, a partir do poder de determinar qual é o saber válido para ser conhecido (Reis, 1992).

O cânone, a partir dessa perspectiva, pode ser compreendido como uma instituição simbólica que está a serviço da manutenção do poder estabelecido. Há, pois, um pacto de relações sociais que estabelece a literatura como um possível instrumento de manutenção de um poder, nos termos de um pacto de classe, de gênero e de raça, um pacto da branquitude. Cida Bento (2005) afirma que o pacto da branquitude é o conjunto de acordos implícitos e explícitos que mantêm os privilégios e a supremacia branca na sociedade. Esses acordos são estabelecidos e reforçados pelas pessoas brancas em suas interações sociais, em suas instituições e em suas estruturas de poder, visando preservar sua posição de superioridade racial. Logo, a chancela concedida às obras que passam a compor o cânone não é dada sem um

propósito, pois ela é atravessada pelo objetivo de manter o poder de um determinado grupo social em detrimento de outros, que são subjugados e marginalizados.

Neste trabalho, observa-se como essa relação de poder presente no cânone é evidenciada na obra de Monteiro Lobato. O autor, pertencente à elite intelectual brasileira, mesmo com o advento do Modernismo, permaneceu ocupando um lugar de relevância nos círculos literários de sua época (Becker, 2021). A permanência de Monteiro Lobato como autor relevante, mesmo com a chegada do Modernismo e seu componente crítico, não se baseou em uma obediência do autor a esse estilo literário. Ao contrário, como é afirmado por Nilza de Campos Becker (2021), o autor permanece notável mesmo com uma obra que destoa do movimento modernista, como é o caso de *Sítio do Pica Pau Amarelo*. A manutenção de sua posição, naquele contexto, é condicionada por quem o autor é e pelos ideais que ele defende, em consonância com uma elite intelectual que rejeitava as propostas formais e temáticas dos modernistas.

Segundo Muzart (1995), estar no cânone literário em morte depende de rituais sociais em vida. Os lugares dos quais faz parte, as pessoas com quem possui relação, todas essas ligações contribuem para que autores como Monteiro Lobato entrem e permaneçam no cânone. Nesse sentido, Muzart (1995, p. 86) afirma que “o estudo do cânone está ligado, pois, a várias coisas, principalmente à dominante da época: dominantes ideológicas, estilo de época, gênero dominante, geografia, sexo, raça, classe social e outros”. São essas variantes, pois, que devem ser consideradas pelo estudo do cânone, uma vez que estar ligado a determinados grupos sociais determinava, em grande parte, quem publicaria, quem seria lido, quem faria sucesso, ou seja, quem poderia ser considerado um autor e teria seu nome e sua obra preservados para a posteridade.

Dessa forma, infere-se que o cânone literário reflete e reforça as hierarquias sociais, econômicas e raciais, perpetuando uma visão de mundo dominante e excluindo vozes divergentes e subalternas. Como dito anteriormente, a hegemonia cultural exercida pelos centros de poder, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Muzart, 1995), contribui para a marginalização de autores e obras que não se enquadram nesse contexto, reforçando, assim, as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Esse processo é evidenciado na exclusão sistemática de vozes marginalizadas, como pessoas pretas da periferia, que são relegadas a papéis secundários e desencorajadas de participar ativamente da vida intelectual e literária.

Sendo assim, é possível entender como o autor Monteiro Lobato não é construído apenas pela qualidade de sua obra, ou também como esta obra não é relevante apenas por conta de sua qualidade estética, mas também pelo local que ela e seu autor ocupam socialmente. A posição que Monteiro Lobato tinha e tem como autor no cânone literário brasileiro é construída pela posição que ele possui na própria sociedade como homem, letrado, pertencente à elite de sua época, defensor do nacionalismo e branco. Sendo assim, a qualidade de autor de Monteiro Lobato não está no não ser, como defende Barthes (1967), mas no ser, ser da classe dominante.

Em *O Rumor da Língua*, Barthes (1967) discute a noção da morte do autor, questionando a relevância do autor como figura central na interpretação de uma obra literária. Segundo ele, a morte do autor é o nascimento do leitor, sugerindo que o foco da análise crítica deve se deslocar do autor para o leitor, que é quem atribui significado à obra. No entanto, assim como já foi abordado no presente trabalho, quando se entende uma teoria que foca em uma “autoridade do leitor” não é de qualquer leitor que se fala, é de um leitor pensado na hora da escrita, construído junto com a narrativa, um leitor possível. Esse leitor possível não só lerá o texto, mas também validará o seu valor estético como obra literária. Nesse sentido, mesmo que Barthes (1967) defenda algum tipo de neutralidade literária, distanciando o autor da sua obra, tendo como objetivo, em tese, empoderar o seu leitor, esse empoderamento do leitor em detrimento do autor não ocorre senão dentro das relações da classe dominante. Aquele a quem é dado o poder de interpretar uma obra literária é o mesmo que a valida.

Logo, percebe-se que obras literárias não são validadas por conta de uma negação do autor. Em vez disso, elas são validadas porque o leitor reconhece seu discurso no texto lido, o discurso dominante que a valida como obra literária. Monteiro Lobato não se torna relevante porque “não é” um autor, mas sim porque a sua autoria é legitimada pelo discurso que carrega, discurso este que é advindo da classe social a que pertence e da raça que o autor possui e que é reconhecido e validado pelo leitor especializado que pertence à mesma classe e à mesma raça.

Quando Foucault (1969), em *O que é um autor*, argumenta que a noção de autor não é uma característica inerente aos textos, mas sim uma construção histórica e social, ele se opõe à ideia de autoria presente em Barthes (1967). Aquele teórico sugere que o autor não é simplesmente o indivíduo que produz um texto, ele é também

uma função que é atribuída a certos discursos em determinados contextos. Ou seja, o lugar de autoria em um texto é um lugar de poder em que discursos são validados por aqueles que, igualmente, ocupam posições de poder.

Assim, mesmo que Barthes (1967) defenda “a morte do autor”, a ideia defendida por ele não implica a ausência de autoria, mas na compreensão de que a interpretação de uma obra não deve ser monopolizada pela figura do autor como uma autoridade suprema. Além de argumentar que a obra é um “tecido de citações”, influenciada por diversas fontes culturais, e que a interpretação deve levar em consideração essa multiplicidade de influências. Já a partir de Foucault (1969), por sua vez, observa-se que há uma relação de poder dentro da autoria, pois o conceito de autor é moldado por relações de poder e pelo contexto cultural e histórico em que os textos são produzidos e recebidos.

Em suma, a partir da análise desses dois teóricos e do que eles entendem por autoria, percebe-se que um dos aspectos centrais dessa discussão é a relação entre poder, discurso e autoria, como discutido por Foucault em suas obras. Enquanto Barthes (1967) defende uma neutralidade autoral, o autor sem relevância, conectando-se ao ideal formalista de interpretação literária, Foucault (1968) levanta a discussão do autor como elemento que perpassa os discursos dominantes, sendo ele, também, um produto cultural e discursivo. Dessa forma, no âmbito deste trabalho, entende-se a autoria como o lugar em que as relações de poder são manifestadas, sendo o autor construído e validado pelos discursos de poder que perpassam não apenas pela sua obra, mas também pelo seu leitor.

Dentro desse contexto, podemos entender o autor não apenas como um indivíduo criativo, mas também como uma função dos discursos em vigor na sociedade. Como Foucault (1969) sugere, o autor não é apenas uma pessoa, mas um conjunto de textos. Isso significa que a identidade e a autoridade de um autor são, em certa medida, construídas mediante das práticas discursivas dominantes em sua época. Assim, a produção literária não ocorre em um vácuo, mas é moldada e influenciada pelas normas, pelos valores e pelas ideologias predominantes na sociedade na qual se insere.

A partir disso, é possível estabelecer conexões com as reflexões de Cida Bento (2005) sobre o “pacto da branquitude” e relacioná-las à figura controversa de Monteiro Lobato. Cida Bento (2005) desvela as estruturas de poder que permeiam as relações

sociais e evidenciam como o pacto da branquitude é estabelecido e mantido para preservar a supremacia branca na sociedade. Esse pacto opera em diversas esferas, incluindo a literatura, espaço simbólico em que se manifesta na construção do cânone literário e na noção de autoria que, muitas vezes, reflete e reforça ideologias classistas, patriarcais e racistas.

Ao analisar o contexto literário brasileiro, percebe-se que Monteiro Lobato é uma figura emblemática que ilustra as complexidades e contradições do cânone. Por um lado, Lobato é reconhecido como um dos mais importantes escritores da literatura infantil brasileira, autor de obras como "Sítio do Picapau Amarelo", que encantaram gerações de leitores (Becker, 2011). No entanto, sua obra também é marcada por representações racistas e estereotipadas de personagens negros, o que levanta questões sobre sua posição no cânone literário, entendendo, acerca do que foi discutido, que as ideias presentes nas obras de Lobato não partem apenas dele, mas são produtos de um discurso de poder que o atravessa na figura de autor.

A autoria e o cânone literário manifestam, nesse contexto, um pacto da branquitude, pois manifestam o discurso de poder da branquitude e Monteiro Lobato representa esse discurso em sua posição como autor canônico da literatura. Sua obra é perpassada pelo discurso branco, elitista e racista. A partir das noções de discurso, de cânone e de autoria, percebe-se que a obra de Monteiro Lobato retrata um discurso de poder perpassado pelo racismo. Esse racismo, por sua vez, não reverbera apenas os ideais do autor, mas também de uma classe social que lhe confere um lugar de autoridade. Assim, o presente trabalho, ao analisar o racismo presente na obra de Monteiro Lobato, não analisa um escritor em sua individualidade, mas sim o autor que ocupa um lugar de poder dentro do cânone literário - também permeado pelo poder de uma classe. Com efeito, não se analisa um indivíduo, a crítica é feita ao pacto da branquitude (Bento, 2005) presente em uma literatura branca e racista.

### 3. NEGRINHA: A AUTORIA NA MANUTENÇÃO DE UM DISCURSO

A análise da obra "Negrinha" de Monteiro Lobato oferece uma oportunidade singular para explorar como a autoria pode contribuir para a manutenção e perpetuação de discursos racistas. A literatura não apenas reflete a sociedade, mas também atua como um instrumento de poder e controle, moldando e reforçando ideologias predominantes. Este capítulo examina a forma como a obra de Lobato, particularmente "Negrinha", reforça estereótipos raciais e perpetua uma visão eurocêntrica da sociedade brasileira, conectando essas práticas literárias a teorias sobre discurso e poder.

Monteiro Lobato, figura proeminente na literatura brasileira, é amplamente reconhecido por sua contribuição ao cânone nacional. No entanto, sua obra também carrega um legado de racismo e estereotipagem, como demonstrado pela crítica de Frantz Fanon (2008). Fanon argumenta que a literatura e outras formas de discurso não apenas refletem, mas também perpetuam hierarquias raciais, ao transformar o "outro" em um objeto de inferioridade e exotização. Em "Negrinha", essa transformação é evidente, com a personagem negra sendo apresentada de forma estereotipada e desumanizada, o que reforça a marginalização e o preconceito contra os afrodescendentes.

A teoria de Michel Foucault sobre o discurso e o poder (1979) é crucial para entender como a obra de Lobato se insere em uma estrutura mais ampla de controle social. Foucault argumenta que o discurso é uma ferramenta de poder que constrói e mantém as normas sociais e as hierarquias. No caso de "Negrinha", o discurso presente na obra não apenas reflete, mas também consolida uma visão racial hierárquica, onde os personagens negros são relegados a papéis secundários e estereotipados. A literatura, portanto, serve como um mecanismo para a construção e reforço desses discursos de poder.

Pierre Bourdieu (1996) também oferece uma perspectiva importante sobre como a literatura está inserida em um campo de poder e capital cultural. Em seu trabalho sobre o campo literário, Bourdieu explica como o reconhecimento e a valorização das obras literárias são moldados por relações de poder e capital cultural.

A posição privilegiada de Lobato no campo literário, contrastada com a marginalização de autores como Lima Barreto, revela como o cânone literário é frequentemente dominado por autores que refletem e perpetuam os valores da elite branca. A análise de Bourdieu permite entender como "Negrinha" se alinha com os interesses da elite cultural e contribui para a manutenção de uma visão eurocêntrica e racialmente hierárquica.

Ademais, a crítica de Terry Eagleton (1996) sobre a função da crítica e a ideologia na literatura é relevante para avaliar como "Negrinha" opera dentro de um discurso mais amplo. Eagleton argumenta que a literatura não é uma prática neutra, mas sim um campo de batalha ideológico onde as ideologias dominantes são refletidas e reforçadas. "Negrinha", com suas representações estereotipadas e racistas, exemplifica como a literatura pode ser usada para manter e legitimar ideologias opressivas.

Neste capítulo, investiga-se como "Negrinha" exemplifica a forma como a autoria pode servir para a manutenção de discursos de poder e racialização, analisando como a obra de Lobato se insere em um contexto mais amplo de práticas discursivas e sociais. Através da aplicação das teorias de Fanon, Foucault, Bourdieu e Eagleton, buscaremos compreender as implicações mais profundas da literatura de Lobato na perpetuação das desigualdades e na construção de narrativas raciais.

### 3.1 MONTEIRO LOBATO E O DISCURSO BRANCO

A natureza do discurso racista e as suas consequências na estrutura social têm sido objeto de debates acalorados no meio midiático (Nascimento, 2023). Tais discussões têm contribuído para uma maior conscientização sobre o papel étnico construído ao longo da história e sobre seus impactos na sociedade contemporânea. Nesse contexto, é importante destacar como esse discurso, muitas vezes presente em obras literárias, como as de Monteiro Lobato, perpetua visões estereotipadas e preconceituosas sobre grupos étnicos, especialmente sobre o povo negro.

O texto de Beatriz Nascimento (2023), intitulado *O Racismo na Mídia*, oferece *insights* valiosos sobre como a representação midiática pode perpetuar estereótipos e preconceitos, especialmente em relação ao povo negro. Uma reflexão sobre esse tema nos leva a considerar também o papel da literatura, que muitas vezes compartilha dessas representações problemáticas. Um exemplo elucidativo é o caso

mencionado por Nascimento (2023), no qual uma criança branca associa um desvio da norma padrão cometido por um personagem negro à sua cor de pele. Essa associação direta entre características físicas e comportamentais reflete uma narrativa enraizada na sociedade, reforçada tanto pela mídia quanto pela literatura. Com efeito, percebe-se como autores como Monteiro Lobato, cujas obras apresentam personagens negros de forma estereotipada e caricatural, contribuem para a perpetuação dessas narrativas discriminatórias.

É crucial reconhecer que a mídia e a literatura desempenham um papel significativo na construção e na disseminação de representações sociais e culturais. Esses discursos moldam não apenas as percepções individuais, mas também influenciam as interações sociais e as estruturas institucionais (Nascimento, 2023). Ao perpetuar estereótipos e preconceitos, eles contribuem para a marginalização e para a exclusão de grupos étnicos minoritários, criando um ciclo de discriminação e de desigualdade.

A linguagem é o local de domínio e de manifestação de poder, como já discutido anteriormente. Como tal, esse local não foi ocupado pelo negro, mas sim pelo branco, branco como os homens que durante anos e, até hoje, ocupam o cânone literário. A língua que estava em evidência em parte da história era branca, há outras línguas – outros discursos -, mas essas não são evidenciadas, não possuem poder social, as pessoas que não a dominam, não possuem visibilidade (Fanon, 2008). Ou seja, aquele que não fala como o homem branco não poderá ser ouvido pelo homem branco, não poderá ser ouvido, pois não propaga o discurso dominante, como aponta Fanon (2008, p. 33):

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade. (Fanon, 2008, p.33)

Quando Fanon (2008) afirma, em *Peles negras, máscaras brancas*, que o negro muda sua linguagem ao direcionar-se ao homem branco, ele está afirmando essa necessidade de possuir o discurso dominante, no entanto não como produtor dele, mas como reproduzidor. O negro que se apropria dessa “máscara branca” apropria-se de um discurso branco presente na língua. Com isso ele é visto, notado

pelo branco, tornando-se um ser, pois como afirma Fanon (2008, p. 34), “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito”. Sendo assim, sem um discurso branco, não se é lido como um ser, pertencente a uma sociedade branca, podendo fazer parte dos seus ciclos sociais.

Cruz e Souza foi contemporâneo de Lobato, porém diferente deste, era preto e periférico, e só galgou uma certa relevância, mesmo que pouca, ao colocar uma máscara em sua linguagem. Cruz e Sousa, conhecido como o "Cisne Negro" da poesia brasileira, não apenas produziu uma obra marcante pelo lirismo sensível e pela reflexão profunda sobre a condição humana, mas também desafiou as estruturas sociais de sua época por meio de sua militância abolicionista. Como representante do Simbolismo, movimento literário que valorizava a subjetividade, a imaginação e a linguagem poética, Cruz e Sousa transcendeu as limitações impostas pela cor de sua pele para expressar sua visão de mundo e suas experiências (Alves, 1961).

Sua trajetória foi marcada por desafios decorrentes do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX (Coutinho, 2005). Apesar de sua genialidade literária, Cruz e Sousa enfrentou discriminação e marginalização em diferentes esferas de sua vida, motivadas pela cor de sua pele (Xavier, 1962). Para conseguir adentrar em determinados círculos sociais e culturais, o poeta sentiu-se compelido a adotar uma "máscara branca", ocultando sua identidade racial e cultural (Xavier, 1962). Esse fenômeno é emblemático da realidade vivenciada por muitos afrodescendentes na época, que precisavam negar ou amenizar sua negritude para obter aceitação e oportunidades.

No entanto, é necessário destacar o engajamento de Cruz e Sousa na luta abolicionista. Sua participação ativa nesse movimento não apenas evidencia sua consciência da injustiça racial, mas também demonstra sua coragem e sua determinação para enfrentar as estruturas opressivas da sociedade. Cruz e Sousa utilizou sua voz e sua poesia como instrumentos de resistência, contribuindo para a conscientização e mobilização em prol da libertação dos escravizados e da conquista de direitos para os afrodescendentes (Alves, 1961). Essa dualidade entre a necessidade de adaptação e a luta por justiça social reflete a complexidade da experiência afrodescendente no Brasil do século XIX.

Ademais, cabe observar Lima Barreto, figura marcante da literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX. Ele foi um autor cuja obra refletiu de forma contundente as questões raciais e sociais de sua época. Nascido em 1881, Lima Barreto viveu em um período em que o racismo estrutural estava profundamente enraizado na sociedade brasileira pós-abolição (Xavier, 1962). Em suas obras, Lima Barreto aborda com sensibilidade e perspicácia as experiências dos afrodescendentes e as injustiças enfrentadas por eles. Em romances como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, ele explorou as nuances da vida urbana no Rio de Janeiro, expondo as desigualdades sociais e as discriminações raciais presentes na cidade.

Um dos aspectos mais marcantes da escrita de Lima Barreto é a sua capacidade de retratar a complexidade das relações raciais no Brasil. Em suas obras, ele não apenas denunciava o preconceito e a marginalização dos negros, mas também explorava as contradições e hipocrisias de uma sociedade que se proclamava racialmente democrática, mas que continuava a perpetuar estruturas de opressão e exclusão (Schwarz, 2017). Além disso, Lima Barreto foi um crítico incisivo das elites brasileiras e de suas instituições, muitas vezes, expondo a falsidade e a corrupção moral por trás da retórica da democracia racial. Sua escrita, marcada por um forte senso de indignação e de justiça social, contribuiu significativamente para o debate sobre as questões raciais no Brasil e para a conscientização sobre a necessidade de transformações sociais profundas (Bosi, 1994).

O autor destacou-se como uma voz singular no cenário literário brasileiro, oferecendo uma perspectiva crítica e humanizada sobre as questões raciais e sociais de sua época. Sua obra continua a ser relevante e inspiradora até os dias de hoje, servindo como um poderoso testemunho das lutas e aspirações da comunidade afrodescendente no Brasil (Schwarcz, 2017). Sendo assim, Lima Barreto, ao lado de Cruz e Sousa, emergiu como uma figura desafiadora no contexto literário brasileiro, contrariando, de forma contundente as normas estabelecidas e trazendo à tona as realidades sociais e raciais de sua época. Sua escrita, permeada por uma crítica incisiva e uma representação realista das questões raciais, desempenhou um papel fundamental na ampliação da literatura nacional, dando voz aos negros marginalizados pela sociedade.

A resistência e marginalização enfrentadas por Lima Barreto em seu tempo contrastam com a posição de Monteiro Lobato, cujas obras refletiam os valores da elite branca dominante. Enquanto Lobato gozava de prestígio e reconhecimento, Barreto lutava contra o racismo e a exclusão social, expondo as injustiças e as contradições da sociedade brasileira em sua obra. A análise de Bourdieu (1992) sobre o capital cultural e os mecanismos de consagração no campo literário oferece uma compreensão profunda das dinâmicas que moldam o reconhecimento e a valorização das obras literárias. De acordo com Bourdieu (1992), o campo literário é um espaço de luta simbólica no qual diferentes agentes e instituições disputam poder e influência na definição do que é considerado legítimo e digno de reconhecimento.

No contexto brasileiro, essas dinâmicas manifestam-se de forma evidente, com o cânone literário historicamente favorecendo autores brancos e de classes privilegiadas. Esses autores, muitas vezes pertencentes à elite cultural e social, têm acesso privilegiado a recursos e redes de apoio que facilitam sua consagração no campo literário (Bourdieu, 1992). Por outro lado, vozes dissidentes, como a de Lima Barreto, que desafiam as normas estabelecidas e questionam as estruturas de poder dominantes, são relegadas à margem e enfrentam obstáculos significativos para obter reconhecimento e legitimação.

Essa dinâmica reflete as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira, nas quais o acesso ao capital cultural e simbólico é distribuído de forma desigual com base na raça, na classe, no gênero e em outras formas de privilégio. Autores como Lima Barreto, cujo trabalho desafia as normas e representa perspectivas subalternas, enfrentam resistência e marginalização dentro do campo literário, uma vez que sua obra não se enquadra nos padrões estabelecidos de legitimidade e de valor literário.

Portanto, ao aplicar o arcabouço teórico de Bourdieu (1992) à análise do campo literário brasileiro, pode-se entender melhor as complexas interações de poder e privilégio que moldam a consagração literária e contribuem para a perpetuação de desigualdades estruturais. Essa compreensão crítica é fundamental para questionar e transformar as normas e as hierarquias existentes, buscando uma maior inclusão e diversidade no cânone literário.

Além disso, a perspectiva de Edward Said (2003) sobre o orientalismo pode ser aplicada à obra de Lima Barreto, oferecendo uma análise esclarecedora sobre como

os "outros", neste caso, os afrodescendentes, são representados na literatura. O orientalismo, como conceito elaborado por Said (2003), refere-se à maneira como o Ocidente construiu uma imagem homogeneizada e exótica do Oriente, perpetuando estereótipos e noções de inferioridade. Da mesma forma, na literatura brasileira e em muitas outras, os afrodescendentes foram frequentemente retratados de maneira estereotipada e exotizada, refletindo as atitudes racistas e preconceituosas da sociedade. A obra de Lima Barreto, no entanto, desafia esses estereótipos ao apresentar personagens negros como sujeitos complexos e multifacetados, com suas próprias aspirações, lutas e dilemas.

Em *Clara dos Anjos* (Barreto, 2009), por exemplo, Barreto retrata a protagonista negra não apenas como uma vítima das circunstâncias sociais, mas como uma mulher forte e determinada que enfrenta os desafios da vida urbana no Rio de Janeiro. Ele humaniza seus personagens negros, mostrando suas virtudes, suas falhas e suas aspirações de maneira autêntica e compassiva. Essa abordagem desafia a visão exotizada e simplificada dos afrodescendentes na literatura, proporcionando uma representação mais completa e realista de suas experiências. Ao fazer isso, Lima Barreto contribui não apenas para a diversificação do cânone literário, mas também para a promoção da justiça social e da igualdade racial através da arte.

Ao reconhecer a relevância e o impacto duradouro da obra de Lima Barreto para a literatura brasileira, é possível compreender sua contribuição para a diversificação e democratização da literatura nacional. Suas obras continuam a ressoar nos dias de hoje, questionando as estruturas de poder e destacando a importância de ampliar a representatividade e a inclusão no campo literário. Porém, é necessário destacar como a influência do trabalho de Lima Barreto, em sua popularidade e reconhecimento dentro do cânone literário, foi profundamente impactada por sua abordagem crítica das questões sociais e raciais. Embora suas obras tenham recebido alguma atenção e admiração de círculos intelectuais e literários de sua época, Barreto enfrentou dificuldades significativas para alcançar ampla popularidade e reconhecimento público (Schwarcz, 2017).

Uma das razões para isso foi a natureza desafiadora e muitas vezes controversa de suas obras. Ao expor as injustiças e as contradições da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao racismo e à exclusão social, Barreto confrontou diretamente as estruturas de poder e de privilégio que governavam a época

(Schwarcz, 2017). Isso frequentemente o colocava em desacordo com as elites culturais e políticas dominantes, que, muitas vezes, procuravam manter o *status quo*. Além disso, sua própria identidade como um autor negro e de origem social modesta também pode ter contribuído para sua marginalização dentro do cenário literário. Em uma época em que o cânone literário era dominado por autores brancos e de classe alta, a perspectiva de Barreto representava uma ruptura com as normas estabelecidas e, portanto, enfrentava resistência e ostracismo.

A disparidade entre as experiências de Cruz e Sousa, Lima Barreto e Monteiro Lobato na sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX reflete não apenas as diferenças de origem étnica e social, mas também o papel que cada um desempenhava dentro do contexto cultural e político da época. Enquanto Monteiro Lobato, um escritor branco e membro da elite dominante, tinha voz e relevância dentro do discurso cultural predominante, Cruz e Sousa e Lima Barreto, sendo negros e provenientes de uma origem social menos privilegiada, enfrentavam uma série de obstáculos para ter suas vozes ouvidas e suas obras reconhecidas.

Segundo Silva (2001), Monteiro Lobato, como membro da classe dominante e representante do discurso cultural hegemônico, desfrutava de uma posição de destaque e de influência na sociedade brasileira. Sua obra tinha ampla circulação e seu discurso, muitas vezes, refletia os valores e as ideias predominantes da elite branca. Assim, Lobato podia retratar personagens negros e abordar questões raciais de uma perspectiva privilegiada, sem enfrentar as mesmas resistências e limitações impostas a Cruz e Sousa e a Lima Barreto, por exemplo.

Sendo assim, Cruz e Sousa, como poeta negro e marginalizado, via-se frequentemente impedido de expressar livremente sua identidade racial e de abordar questões sociais de forma direta em sua obra. Ele enfrentava não apenas a censura e a marginalização por parte da sociedade branca dominante, mas também a pressão para se conformar aos padrões estéticos e culturais eurocêntricos vigentes na época (Bosi, 2002). Sua condição racial e social limitava o acesso aos espaços de legitimação cultural, impedindo-o de desfrutar do mesmo reconhecimento e prestígio que Lobato. Mesmo possuindo uma máscara branca, essa máscara não era suficiente para colocá-lo em uma posição de prestígio e relevância.

Lima Barreto, por sua vez, também enfrentou desafios semelhantes em relação à expressão de sua identidade racial e à abordagem de questões sociais em sua obra (Candido, 2009). Como escritor negro e marginalizado, Barreto foi confrontado com obstáculos significativos para ser plenamente reconhecido e valorizado dentro do cânone literário brasileiro. Assim como Cruz e Sousa, ele era frequentemente impedido de explorar livremente sua identidade racial e de criticar abertamente as estruturas de poder e privilégio da sociedade de sua época. A censura e a marginalização por parte das elites culturais e políticas, predominantemente brancas, limitavam o alcance e o impacto de suas obras, enquanto a pressão para se adequar aos padrões estéticos e culturais eurocêntricos dificultava ainda mais sua aceitação e reconhecimento (Candido, 2009). Apesar de suas tentativas de romper com essas amarras através de uma escrita franca e crítica, Barreto enfrentava dificuldades para ser legitimado como um autor de destaque dentro do contexto literário brasileiro.

Dessa forma, a comparação entre as experiências de Cruz e Sousa, Lima Barreto e Monteiro Lobato destaca as desigualdades de poder e representação existentes na sociedade brasileira e no próprio cânone literário. O escritor negro não pode representar o negro em sua obra, sendo ele em si pertencente a essa classe, mas Monteiro Lobato, sim. Lobato pôde, em seu discurso, retratar uma visão branca do negro. Monteiro Lobato pôde retratar em *Negrinha* as características de uma personagem negra, pois o seu discurso partia de um discurso branco, privilegiado, que contribuía para a manutenção do poder estabelecido.

Logo, a análise dessas obras, escritas por homens brancos pertencentes à elite, portanto, não pode ignorar o papel que desempenham na manutenção de um discurso dominante que perpetua estereótipos e preconceitos raciais (Nascimento, 2023). Ao retratar uma visão estereotipada e desumanizante do negro, as obras de Lobato contribuem para a legitimação das desigualdades sociais e raciais, reforçando a ideologia de superioridade branca e inferioridade negra (Cordeiro et al., 2023). Como forma de observar essa manutenção do discurso negro, pode-se observar a personagem de Tia Nastácia na obra *Sítio do pica pau amarelo* do autor. Na narrativa, a personagem preta e retinta é retratada como uma subalterna, servindo às crianças e à Dona Benta, sua patroa. Ela é dita como da família, mas tem, como espaço destinado a si, na narrativa, a cozinha da casa, além de ser motivada por ações como cozinhar e servir às crianças da patroa.

A obra *Pode o Subalterno Falar?* de Gayatri Chakravorty Spivak (1988), oferece uma perspectiva crítica valiosa sobre a representação dos subalternos na literatura e na sociedade. Spivak (1988) questiona quem tem o poder de falar e quem é silenciado, destacando como os subalternos, frequentemente marginalizados e privados de agência, são retratados na cultura dominante. Ao conectarmos esse conceito com a personagem Tia Nastácia (Lobato, 1931), presente na obra de Monteiro Lobato, notamos como ela encapsula muitos dos aspectos do subalterno na literatura brasileira. Tia Nastácia é frequentemente representada como uma figura maternal, sábia e trabalhadora, mas sua voz e experiências são relegadas ao segundo plano em relação aos personagens brancos.

Em *Reinações de Narizinho* (Lobato, 1931), Tia Anastácia é introduzida como uma personagem importante no universo do Sítio do Picapau Amarelo. Ela é retratada como uma figura central na vida das crianças, responsável por cuidar delas e manter a ordem no sítio. No entanto, sua posição de subalternidade é evidente na maneira como ela é retratada como uma figura de serviço, cujas próprias narrativas e perspectivas são frequentemente ignoradas.

A análise de Spivak (1988) leva-nos a questionar essa representação de Tia Nastácia e de outros personagens subalternos na literatura brasileira. Em que medida suas vozes são silenciadas em favor da narrativa dominante? Como suas experiências são distorcidas ou omitidas para se adequarem aos interesses dos escritores e da sociedade em geral? Ao considerar essas questões, confronta-se com a necessidade de ampliar a representação e a agência dos subalternos na literatura, permitindo-lhes contar suas próprias histórias e expressar suas próprias perspectivas. Isso envolve não apenas questionar as narrativas dominantes, mas também desafiar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a opressão dos subalternos na sociedade.

Dessa forma, percebe-se que a personagem da Tia Nastácia é frequentemente retratada de maneira estereotipada e caricatural, refletindo as representações raciais predominantes na sociedade brasileira daquela época e que perpassam a literatura atualmente. Esse discurso racista é demonstrado não só na forma que sua imagem é construída na narrativa, mas também no discurso direto da personagem presente nas narrativas em que ela aparece.

A partir da perspectiva dos estudos de Ernani Pimentel de Souza Orlandi (2004), pode-se compreender como essa caracterização da personagem reflete um racismo estrutural, pois a linguagem e os discursos presentes na caracterização da Tia Nastácia refletem e reproduzem dinâmicas de poder e hierarquias raciais, como se pode ver no trecho que segue:

[...] Ao saber da cartinha do Polegar e da licença para que viessem morar ali, exclamou, erguendo as mãos para o céu:

— Nossa Senhora! Isto vai virar "hospício." Sinhá não se lembra daquela vez que eles entupiram a casa de reizinhos e príncipes e princesas? Nossa Senhora, onde iremos parar? (Lobato, 2006, p.8).

A fala da Tia Nastácia é caracterizada por uma simplificação linguística, com o uso de expressões coloquiais e uma gramática não padrão, como na construção da frase "Sinhá não se lembra daquela vez que eles entupiram a casa de reizinhos e príncipes e princesas?" (Lobato, 2006, p.8). Essa caracterização linguística, associada à sua posição subordinada na estrutura social da época, reforça estereótipos sobre a suposta inferioridade intelectual dos personagens negros. Dessa forma, essa representação linguística da Tia Nastácia na obra de Monteiro Lobato contribui para a construção de uma imagem estereotipada e caricatural dos personagens negros, perpetuando preconceitos e reforçando hierarquias sociais baseadas na cor da pele.

Nesse sentido, percebe-se que a linguagem é uma poderosa ferramenta que reflete não apenas a estrutura gramatical, mas também as relações sociais e as ideologias dominantes de uma época. Orlandi (2004) salienta que a linguagem é um campo de lutas simbólicas, em que diferentes grupos sociais disputam representações e significados. Na fala da Tia Nastácia, encontram-se estereótipos linguísticos que, longe de serem neutros, carregam consigo valores e preconceitos historicamente construídos sobre a linguagem dos negros.

Além da dimensão linguística, a representação social da Tia Nastácia na narrativa lobatiana revela relações de poder e hierarquias raciais. A personagem é frequentemente retratada como uma figura submissa e servil, cujo papel central é o de cuidar dos personagens brancos e desempenhar tarefas domésticas. Essa representação, embora seja uma construção ficcional, reforça a ideia de inferioridade atribuída aos negros na sociedade brasileira da época, contribuindo para a naturalização e legitimação do racismo, conforme o trecho que segue:

— Malvadeza! — exclamou Narizinho. A curiosidade fez que todos descessem ao terreiro para assistir à chegada dos caçadores. Até tia Nastácia veio lá da cozinha com cara de "Que é?"

— Sereia, Nastácia! — gritou-lhe Narizinho. — Eles pegaram uma sereia...

— Credo! — exclamou a preta fazendo um pelo-sinal. (Lobato, 2006, p.64)

No trecho em questão, a expressão "com cara de 'Que é?'" , usada para descrever a reação da Tia Nastácia à chegada dos caçadores, evidencia sua posição de subalternidade e marginalização na narrativa. O fato de ela vir da cozinha, espaço que historicamente foi designado às mulheres negras nas casas senhoriais brasileiras, ressalta sua função subalterna e servil. O uso da expressão "cara de 'Que é?'" sugere uma atitude de incompreensão ou desinteresse por parte da personagem, como se ela estivesse alheia aos acontecimentos ou não fosse digna de participar das conversas e decisões que ocorrem no ambiente externo à cozinha.

Essa representação reforça a ideia de que Tia Nastácia é excluída dos espaços de poder e decisão, relegada a um papel secundário e subordinado dentro da estrutura social da narrativa. Sua presença é limitada ao ambiente doméstico e sua participação nas atividades externas é condicionada à sua função de servir aos interesses dos personagens brancos. Dessa forma, o trecho evidencia como a personagem é marginalizada e silenciada, reforçando as relações de poder e hierarquias raciais presentes na obra de Monteiro Lobato. Além disso, a Tia Nastácia é retratada como alguém cujas ações e reações estão sempre subordinadas aos personagens brancos, como indicado pelo fato de ela deixar suas tarefas na cozinha para se juntar aos demais no terreiro, assim que percebeu a movimentação (Lobato, 2006). Essa representação reitera a visão eurocêntrica predominante na sociedade brasileira da época, que via os negros como destinados a papéis subalternos e de servidão.

Portanto, a análise desses trechos evidencia como a narrativa lobatiana perpetua estereótipos e preconceitos raciais, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder e hierarquias sociais baseadas na cor da pele. Nesse contexto, é possível observar a personagem Tia Nastácia à luz dos estudos de Orlandi (2004), tanto na retratação da sua fala como mulher negra, quanto em como a sua construção social dentro da narrativa, o que nos instiga a refletir sobre como as práticas discursivas contribuem para a reprodução de ideologias dominantes e para a perpetuação de desigualdades sociais. A linguagem, longe de ser apenas um instrumento de comunicação, é um campo de disputas simbólicas que reflete e molda

as relações de poder em uma sociedade, conforme discutimos ao longo deste trabalho.

Retomamos aqui a discussão de Frantz Fanon (1952), em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, sobre o modo como as pessoas negras são frequentemente retratadas de forma estereotipada e subalternizada na literatura e na cultura ocidental, o que contribui para a manutenção de um discurso branco em que a personagem negra é vista como subalterna e inferiorizada. Tais representações, como as feitas por Lobato em suas obras, reforçam o racismo estrutural ao perpetuar imagens negativas e limitadas sobre a identidade negra.

No contexto da personagem da Tia Nastácia, pode-se observar como ela é retratada como uma figura submissa, de fala arrastada e com características estereotipadas associadas aos negros, como a ingenuidade e a habilidade culinária (Fanon, 1952). Dessa forma, percebe-se como o discurso literário reforça estereótipos raciais. No caso de Tia Nastácia, sua representação na obra de Lobato reflete a visão eurocêntrica e paternalista predominante na sociedade brasileira da época, que via os negros como inferiores e destinados a papéis subalternos.

Conforme foi possível esboçar nessa breve discussão, a obra de Monteiro Lobato apresenta Nastácia como uma figura simplificada, cujo principal propósito na história é servir e cuidar dos personagens brancos, reforçando assim a hierarquia racial existente (Hall, 1997). Além disso, é importante destacar que, embora a obra de Lobato tenha sido escrita em um contexto histórico específico, essas representações estereotipadas ainda têm impacto na forma como as pessoas negras são percebidas e tratadas na sociedade contemporânea. Portanto, ao analisar a personagem da Tia Nastácia, é fundamental considerar não apenas o contexto histórico em que a obra foi produzida, mas também as implicações das representações raciais na construção das identidades e nas relações de poder na sociedade brasileira.

Assim, ao se debruçar sobre essas questões, é essencial compreender como as obras de Monteiro Lobato influenciam a construção e a perpetuação de um discurso que marginaliza e discrimina grupos étnicos, especialmente o povo negro. A crítica e a problematização dessas obras são fundamentais para uma reflexão crítica sobre as questões raciais na literatura brasileira e na sociedade como um todo. A interseção, portanto, entre Monteiro Lobato, Cruz e Sousa e a personagem da Tia Nastácia revela de forma contundente o discurso branco de poder presente no cânone literário

brasileiro, podendo-se afirmar que o cânone, como aponta Gramsci (1971), é uma seleção de obras que refletem os valores e interesses da classe dominante, exercendo assim um papel central na perpetuação das hierarquias sociais e culturais.

Monteiro Lobato, como membro da elite branca e influente no cenário cultural brasileiro, ocupava uma posição de destaque no cânone literário. Sua obra, amplamente difundida e reconhecida, refletia os valores e ideais da elite dominante, contribuindo para a legitimação do discurso hegemônico branco. Assim, as representações estereotipadas de personagens negros em suas obras reforçam as hierarquias raciais existentes, perpetuando a ideologia de superioridade branca e de inferioridade negra.

Por outro lado, Cruz e Sousa, como poeta negro marginalizado, enfrentava uma série de obstáculos para ter sua voz ouvida e sua obra reconhecida no cânone literário, compelido, assim, a adotar uma "máscara branca" (Fanon, 1952), ocultando sua identidade racial e cultural para poder adentrar em determinados círculos sociais e culturais. Essa realidade evidencia a pressão exercida sobre os afrodescendentes da época para negar ou amenizar sua negritude, a fim de obter aceitação e oportunidades em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural.

A personagem da Tia Nastácia, construída por Lobato (2006), representa justamente essa dinâmica de subalternidade e marginalização imposta aos negros no cânone literário. Ela é apresentada como uma figura submissa, cujo papel central é o de servir e cuidar dos personagens brancos, reforçando assim as hierarquias raciais existentes. Dessa forma, percebe-se como a literatura aponta um discurso branco, exercendo assim um poderoso controle sobre as representações culturais e as narrativas históricas.

Portanto, ao observar a interseção entre Monteiro Lobato, Cruz e Sousa e a personagem da Tia Nastácia, pode-se compreender como o discurso branco de poder manifesta-se no cânone literário brasileiro, privilegiando as vozes e as experiências da elite branca em detrimento das vozes marginalizadas e subalternizadas. Dessa forma, é preciso questionar e problematizar as estruturas de poder presentes no cânone, buscando promover uma maior inclusão e representatividade das vozes historicamente silenciadas e sub-representadas.

### 3.2 O DISCURSO RACISTA: OBRA E AUTOR

*Negrinha*, de Monteiro Lobato (1994) é um conto que representa de forma contundente a realidade cruel enfrentada por muitas crianças negras no Brasil do século XX. A história apresenta uma narrativa marcada pelo preconceito racial, pela exclusão social e pela violência física e psicológica contra a personagem principal, uma menina órfã e negra. Ademais, o conto expõe a desigualdade de oportunidades e a falta de humanidade com que a sociedade tratava as crianças negras na época, revelando um sistema de opressão e de discriminação profundamente enraizado. *Negrinha* é retratada como uma criança solitária, maltratada e negligenciada por sua patroa e pela sociedade como um todo, sendo privada de afeto, de educação e de condições básicas de dignidade.

A obra de Monteiro Lobato traz uma representação estereotipada e desumanizante da personagem negra, perpetuando ideias preconceituosas e racistas presentes na sociedade brasileira da época. Embora seja considerada uma obra literária canonizada, *Negrinha* tem sido alvo de críticas por sua abordagem problemática em relação à questão racial. A leitura crítica de *Negrinha* permite uma reflexão sobre as relações de poder e representação na literatura, destacando a importância de situar a obra em seu contexto histórico e social. Além disso, a análise da obra suscita questionamentos sobre o papel do autor na reprodução e na contestação de estereótipos raciais, bem como sobre a responsabilidade do leitor em interpretar de forma consciente e crítica as obras literárias.

A descrição inicial da personagem traz elementos por meio dos quais podemos discutir essas questões:

Negrinha era uma pobre órfã de sete anos. Preta?? Não. Fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados. Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos de vida, vivera os pelos cantos escuros da cozinha, sobre farrapos de esteira e panos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças. Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada pelos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo no céu. Entaladas as banhas no trono uma cadeira de balanço na sala de jantar, — ali bordava, recebendo as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora, em suma — “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, dizia o padre. [...] (Lobato, 1994, p.1)

Esse trecho do conto de Monteiro Lobato revela uma série de aspectos que corroboram a perpetuação de um discurso branco de poder, refletindo não apenas o contexto histórico e social da época, mas também as ideologias dominantes que subjogavam e marginalizavam as pessoas negras. Inicialmente, é importante observar a descrição da personagem Negrinha, que é apresentada como uma "pobre órfã de sete anos" (Lobato, 1994, p.1), mas sua cor de pele é descrita de forma pejorativa como "Fusca, mulatinha escura" (Lobato, 1994, p.1). Essa caracterização revela a tentativa de inferiorizar e desumanizar a personagem desde o início da narrativa, associando sua cor de pele à sua condição de marginalização e pobreza. Essa abordagem reflete a visão preconceituosa e estereotipada sobre as pessoas negras, perpetuando a ideia de inferioridade racial.

Além disso, a relação de poder entre negrinha e a patroa, D. Inácia, é explicitamente desigual e opressiva. D. Inácia é retratada como uma figura autoritária e cruel, que exerce controle absoluto sobre Negrinha e a trata com violência e desdém. É representativo dessa desigualdade o fato de que nessa relação, apenas a patroa é singularizada por um nome próprio. A patroa é descrita como uma "excelente senhora" (Lobato, 1994, p.1), mas sua benevolência é apenas uma fachada para a opressão que exerce sobre a menina. Essa dinâmica reflete não apenas a relação entre patroa e criada, mas também as hierarquias sociais e raciais presentes na sociedade da época, em que as pessoas negras eram frequentemente subjogadas e tratadas como inferiores.

A linguagem utilizada para descrever a personagem também é reveladora do discurso branco de poder. Ela é constantemente humilhada e insultada com uma série de termos pejorativos e desumanizantes, como "barata descascada", "pinto gorado", "mosca morta" (Lobato, 1994, p.1), entre outros. Esses termos evidenciam a tentativa de reduzir Negrinha à condição de objeto ou animal, negando-lhe sua humanidade e sua dignidade, como se esperava do negro (Fanon, 2008). Logo, a violência física infligida à Negrinha, sobretudo os constantes espancamentos e agressões físicas, demonstra o uso do poder branco para subjugar e controlar as pessoas negras. A personagem é descrita como tendo o corpo marcado por "sinais roxos, cicatrizes, vergões", resultado dos constantes castigos e maus-tratos a que é submetida. Essa violência física é uma forma de reafirmar a superioridade e o controle dos brancos sobre os corpos negros, perpetuando, assim, a lógica do poder branco (Bento, 2002).

Ao aprofundarmos a análise da violência física e simbólica sofrida por Negrinha à luz da teoria de Frantz Fanon (2008), pode-se compreender melhor as nuances das relações de poder e de dominação presentes na sociedade brasileira. Fanon (2008), em sua obra, destaca como a violência é uma ferramenta essencial para a manutenção do sistema colonial e para a afirmação da superioridade do colonizador sobre o colonizado. No contexto da história de Negrinha, a violência física e as humilhações impostas por sua patroa branca não são apenas manifestações de crueldade individual, mas sim reflexos de uma estrutura racista de poder profundamente enraizada. Através desses atos violentos, a patroa busca exercer controle absoluto sobre Negrinha, reafirmando, assim, sua posição de poder e de superioridade dentro da hierarquia racial estabelecida pela sociedade.

Além disso, a desumanização de Negrinha por meio da linguagem pejorativa e dos termos degradantes utilizados para se referir a ela é uma forma de negar sua humanidade e de legitimar sua exploração e seu sofrimento. Essa desumanização é central para a manutenção do poder branco, pois permite que os colonizadores justifiquem suas ações cruéis ao retratar os colonizados como inferiores e menos dignos de consideração. Portanto, ao analisar a história de Negrinha à luz da teoria de Fanon (2008), pode-se evidenciar como a violência física e simbólica é uma ferramenta poderosa para a perpetuação do sistema de opressão racial, reforçando as hierarquias de poder e mantendo os negros em uma posição de subalternidade e de submissão.

Com isso, percebe-se que, a partir da análise da personagem Negrinha, revela-se, na obra, um aspecto fundamental do poder e da dominação presentes na sociedade brasileira, particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos corpos negros. A linguagem utilizada para descrever essa personagem é profundamente reveladora dessa dinâmica de poder. Dessa forma a narrativa perpetua a desumanização e a objetificação dos corpos negros, negando-lhes sua humanidade e dignidade (Mendes, 2020). Essa objetificação linguística reflete um fenômeno mais amplo discutido por Foucault, que analisa como o poder opera não apenas por meio de instituições e práticas sociais, mas também através do controle e da normalização dos discursos (Foucault, 2013). Ao nomear Negrinha com termos desumanizantes, a narrativa reforça e naturaliza uma hierarquia racial que coloca os corpos negros em uma posição subalterna.

Além da linguagem, a violência física infligida à personagem é outro aspecto crucial a ser considerado. Os constantes espancamentos e agressões físicas que Negrinha sofre são uma manifestação direta do poder branco sobre os corpos negros, evidenciando a brutalidade e a crueldade desse sistema de dominação (Fanon, 2008). A descrição do corpo de Negrinha, marcado por "sinais roxos, cicatrizes, vergões" (Lobato, 1994, p.1), é uma representação visual da violência a que a personagem está submetida. Essa violência física não apenas causa dor e sofrimento, mas também serve como uma forma de reafirmar a superioridade dos brancos sobre os corpos negros, perpetuando assim a lógica do poder branco (Mendes, 2020).

Nesse contexto, as reflexões de Cida Bento sobre o poder do discurso racista ganham relevância. Bento argumenta que o racismo não é apenas uma questão de ideologia ou crenças individuais, mas sim uma estrutura de poder que se manifesta nas relações sociais, incluindo a linguagem e a violência física (Bento, 2002). Portanto, ao analisarmos a linguagem e a violência presentes na obra em questão, é possível compreender como o poder branco opera para subjugar e controlar os corpos negros, perpetuando assim a hierarquia racial e a dominação estrutural na sociedade brasileira

Esse trecho do conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, revela de forma contundente o discurso branco de poder presente na obra, que se manifesta por meio da desumanização, da inferiorização e da violência contra as pessoas negras. Essa análise evidencia como a literatura pode ser uma ferramenta de legitimação e de perpetuação do racismo estrutural, reproduzindo assim as hierarquias sociais e raciais existentes na sociedade. Dessa forma, não se afirma isso pensando que o texto o faz propositalmente, mas entendendo que um discurso de manutenção hierárquica está presente no texto, auxiliando na propagação do discurso de poder da sociedade.

No entanto, pode-se perceber que o narrador de *Negrinha* apresenta certa ambiguidade, alternando entre uma suposta crítica social e a reprodução dos preconceitos racistas de Monteiro Lobato. Essa ambiguidade pode confundir o leitor, levando-o a questionar se o texto é uma denúncia das injustiças sociais ou simplesmente a expressão dos pontos de vista do autor, como se pode observar no trecho que segue:

A excelente D. Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos e daquelas ferozes, amigas de ouvir contar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regimen novo — essa indecência de negro igual a branco; e qualquer coisinha, a polícia!!  
 “Qualquer coisinha”; uma mucama assada ao forno, porque se engraçou dela o senhor; uma novena de relho, porque disse: — “Como é ruim, a sinhá!”...  
 O 13 de maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava, pois, Negrinha em casa como remédio para os frenesis. Simples derivativo.  
 — Ai! Como alivia a gente uma boa roda de cocres bem fincados!... (Lobato, 1994, p.2)

Aqui, a narrativa apresenta ao leitor uma crítica. O narrador critica a mentalidade arraigada de D. Inácia, que, apesar da abolição da escravidão em 13 de maio, ainda mantém uma visão de superioridade branca e uma atitude de crueldade em relação às crianças negras, como Negrinha. Ao descrever D. Inácia como uma "mestra na arte de judiar de crianças", o narrador denuncia a perpetuação do racismo e da violência física e psicológica mesmo após o fim da escravidão.

O narrador destaca a origem de D. Inácia na escravidão e sua resistência em se adaptar ao "regime novo" (Lobato, 1994, p.2), que reconhece a igualdade entre brancos e negros. A expressão "[...] essa indecência de negro igual a branco [...]" (Lobato, 1994, p.2) revela a profunda aversão de D. Inácia à ideia de igualdade racial e sua nostalgia pelos tempos em que os brancos detinham poder absoluto sobre os negros. Além disso, ao mencionar os castigos cruéis impostos por D. Inácia à Negrinha, como assá-la no forno por ter chamado a sinhá de "ruim" e a novena de relho por desobediência, o narrador critica a brutalidade e a desumanização infligidas às crianças negras sob a justificativa da disciplina e da correção. O texto também ironiza a visão de D. Inácia sobre o papel de Negrinha como um "[...] derivativo [...]" para aliviar seus "[...] frenesis [...]" ou impulsos violentos (Lobato, 1994). Essa perspectiva desumanizadora evidencia como as crianças negras eram tratadas como meros objetos de punição e de controle, sem consideração por sua dignidade e seu bem-estar.

Em suma, o narrador critica a persistência do racismo e da crueldade mesmo após o fim oficial da escravidão, mostrando como essas mentalidades prejudiciais continuam a permear a sociedade e a afetar as vidas dos negros, como Negrinha. Logo, ele parece expor de maneira crua e direta as condições desumanas enfrentadas por Negrinha e outras crianças marginalizadas, sugerindo uma crítica à indiferença e à crueldade da sociedade em relação aos mais vulneráveis. Essa leitura do texto

sugere uma intenção crítica por parte do autor, que busca, em primeiro plano, sensibilizar o leitor para as injustiças sociais e a necessidade de mudança. Nessa perspectiva, o narrador construído por Lobato conseguiria, em muitos trechos, revelar e criticar um racismo presente: “Era pouco, mas antes isso do que nada. Lá de quando em quando vinha um castigo maior para desobstruir o fígado e matar saudades do bom tempo. Foi assim com aquela história do ovo quente.” (Lobato, P. 2, 1994)

No entanto, por outro lado, a ironia presente na narrativa pode ser interpretada como uma forma de distanciamento e desresponsabilização por parte do narrador e, por extensão, do autor. A ironia pode ser vista como uma maneira de suavizar ou até mesmo justificar as atitudes racistas e discriminatórias presentes na história, atribuindo a responsabilidade pela crítica ao leitor, em vez de ao autor.

Certo dezembro vieram passar as férias com “Santa” Inácia duas sobrinhas suas, pequenotas, lindas meninas louras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas. Negrinha, do seu canto, na sala do trono, viu-as irromperem pela casa adentro como dois anjos do céu, alegres, pulando e rindo numa vivacidade de cachorrinhos novos. Negrinha olhou imediatamente para a senhora, certa de vê-la armada para desferir sobre os anjos invasores o raio dum castigo tremendo (Lobato, 1994, p.3).

Nesse trecho, o narrador apresenta uma explícita diferenciação na forma como descreve as crianças, revelando implicitamente uma visão preconceituosa em relação à raça. Enquanto as sobrinhas de D. Inácia são introduzidas com adjetivos positivos, como “[...] pequenotas [...]”, “[...] lindas [...]” e “[...] alegres [...]”, atribuindo-lhes uma aura angelical ao compará-las a “[...] dois anjos do céu [...]”, a personagem Negrinha é caracterizada de maneira menos favorecida (Lobato, 1994). Ela é retratada como estando “[...] do seu canto [...]”, sugerindo uma posição de isolamento e submissão, e é mencionado seu olhar direcionado à senhora, aguardando um eventual castigo, o que ressalta uma atmosfera de temor e de opressão.

Essa distinção vocabular não apenas enaltece as crianças brancas em contraste com a invisibilidade ou inferioridade atribuída à criança negra, mas também sugere uma hierarquização racial subjacente na perspectiva do narrador. Ao descrever as crianças brancas como “[...] anjos do céu [...]” e ao associar termos positivos a elas, enquanto Negrinha é retratada de forma passiva e submissa, o narrador perpetua estereótipos raciais e reforça uma visão de superioridade branca (Lobato, 1994). Essa construção narrativa revela não apenas o viés discriminatório do

narrador, mas também a maneira como o racismo estrutural se manifesta nas representações literárias.

Além disso, a escolha do narrador em destacar a origem das sobrinhas de D. Inácia como sendo de um ambiente privilegiado, " [...] nascidas e criadas em ninho de plumas [...]", contrasta com a origem e condição de Negrinha, sugerindo uma associação entre raça e *status* socioeconômico. Essa diferenciação reforça a ideia de que a valorização e o tratamento diferenciado estão intrinsecamente ligados à cor da pele, perpetuando a hierarquia racial na sociedade retratada.

Portanto, mesmo que o narrador não expresse abertamente seu preconceito racial, suas escolhas de linguagem e sua construção narrativa revelam uma visão discriminatória, refletindo assim as atitudes racistas presentes na sociedade em que a obra foi produzida. A maneira como descreve Negrinha, utilizando termos depreciativos e pejorativos, evidencia uma percepção negativa dos negros. Ao retratá-la como uma figura miserável, submissa e sem voz, enquanto contrasta com a representação positiva das crianças brancas, o narrador reforça estereótipos raciais e perpetua a hierarquia racial predominante na sociedade.

Além disso, a narrativa não apenas normaliza, mas também justifica as atrocidades cometidas contra Negrinha, como os abusos físicos e emocionais aos quais ela é submetida. O narrador, ao descrever esses eventos de maneira impessoal e até mesmo cômica, minimiza a gravidade do sofrimento de Negrinha, contribuindo para a desumanização dos negros e a legitimação da violência racial. É importante ressaltar que as escolhas do narrador não são neutras; pelo contrário, elas refletem as atitudes racistas profundamente enraizadas na sociedade em que a obra foi produzida. Ao perpetuar essa visão discriminatória, o texto não apenas reflete as injustiças sociais da época, mas também as reforça, tornando-se parte do sistema de opressão que marginaliza e silencia os negros.

Portanto, a ambiguidade do narrador em *Negrinha* torna a interpretação da obra mais complexa, sugerindo a presença de múltiplas camadas de significado. Enquanto alguns leitores podem ver o texto como uma crítica social contundente, outros podem interpretá-lo como uma manifestação do preconceito e da insensibilidade do próprio autor. No conto *Negrinha* (Lobato, 1994), é crucial reconhecer não apenas as intenções explícitas do autor, mas também as mensagens implícitas transmitidas por meio das escolhas narrativas e linguísticas. Somente ao confrontar e ao questionar

essas representações é que podemos começar a desafiar e a dismantelar as estruturas de poder e de discriminação racial que ainda persistem na sociedade brasileira.

Assim, a análise do conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1994), revela não apenas as representações racistas presentes na obra, mas também como elas contribuem para a perpetuação do discurso de poder no cânone literário. Ao retratar Negrinha como uma figura subalterna, desprovida de voz e de dignidade, e ao normalizar a violência física e psicológica contra ela, o texto de Lobato (1994) reforça estereótipos raciais e legitima as hierarquias sociais existentes. Essa representação não apenas reflete as atitudes racistas prevalentes na sociedade brasileira da época, mas também as reforça, tornando-se parte fundamental para a manutenção das desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira e no cânone literário.

Said (2007) argumenta que as narrativas coloniais frequentemente retratam os colonizados como inferiores, subalternos e desumanizados, justificando assim a dominação colonial. No caso de *Negrinha* (Lobato, 1994), a figura da personagem homônima é construída de forma a representar a subalternidade e a falta de voz dos negros na sociedade brasileira. Sua condição de vida miserável, seu tratamento cruel e a falta de empatia por parte dos outros personagens evidenciam a maneira como Lobato reforça estereótipos raciais e naturaliza a violência contra os negros. Essa representação não apenas reflete as atitudes racistas prevalentes na sociedade da época, mas também as valida, tornando-as parte do cânone literário e, como tal, modelo para a sociedade brasileira.

Além disso, a análise do conto à luz da teoria da crítica cultural, como proposta por Stuart Hall (2006), possibilita entender como as representações de Negrinha são moldadas por relações de poder e de hegemonia cultural. Hall argumenta que as representações culturais não são reflexos diretos da realidade, mas construções sociais moldadas por relações de poder e por ideologias dominantes. Portanto, a representação de Negrinha como uma figura subalterna e desprovida de voz não é apenas uma expressão da visão de mundo de Lobato, mas também reflete e legitima as hierarquias sociais e raciais existentes na sociedade brasileira.

Sendo assim, a escolha de Lobato em apresentar a personagem como uma criança negra desfavorecida, enquanto contrasta com a representação positiva das crianças brancas, evidencia a percepção discriminatória e hierarquizada da raça

presente na obra. Essa diferenciação entre as crianças brancas e a criança negra não apenas reforça a ideia de superioridade branca, mas também contribui para a marginalização e para a desumanização dos negros na literatura. Essa prática de exclusão e de subalternização dos personagens negros no cânone literário reflete o poder dos grupos dominantes em determinar quais vozes e narrativas são valorizadas e legitimadas.

Além disso, a posição do autor no texto, representada pelo narrador, também é reveladora da dinâmica de poder presente na obra. Embora o narrador possa ser interpretado como crítico em certos momentos, denunciando a violência e a desigualdade racial, sua ambiguidade e sua ironia, em outros momentos, sugerem uma convivência ou mesmo uma perpetuação dos preconceitos e estereótipos raciais. Essa dualidade na voz narrativa reflete a complexidade das relações de poder na literatura e a maneira como o autor pode tanto desafiar quanto reforçar as estruturas dominantes de opressão.

Ao conectar essa análise com a perpetuação do discurso de poder no cânone literário, podemos destacar como obras como *Negrinha* de Monteiro Lobato (1994) contribuem para a consolidação de uma visão hegemônica e excludente da sociedade. A inclusão dessas representações racistas no cânone não apenas silencia as vozes e as experiências das minorias, mas também legitima e naturaliza as hierarquias sociais existentes. Isso se alinha com a perspectiva de Michel Foucault (1979), que argumenta que o discurso não é apenas uma forma de expressão, mas também uma maneira de exercer poder e controle sobre os corpos e as mentes das pessoas, conforme discutimos ao longo deste trabalho.

Portanto, ao examinar a obra *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1994), sob essa perspectiva, pode-se compreender como ela contribui para a perpetuação do discurso de poder no cânone literário, ao mesmo tempo em que nos desafia a questionar e a contestar as narrativas dominantes. Essa análise nos lembra da importância de uma abordagem crítica e reflexiva da literatura, que reconheça e questione as representações estereotipadas e discriminatórias presentes nas obras canônicas, bem como o papel dos autores na reprodução e na contestação dessas representações.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia investigou criticamente a presença do discurso racista na obra *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1994), contextualizando-o dentro do debate sobre representação racial na literatura brasileira. Durante o desenvolvimento deste estudo, exploramos como a narrativa de Lobato contribui para a perpetuação de estereótipos prejudiciais, especialmente por intermédio da desumanização da protagonista. Além disso, discutimos o papel do discurso de poder no estabelecimento do cânone literário, examinando como determinadas obras e autores são selecionados e perpetuados como centrais na tradição literária brasileira, em detrimento de outros. Este estudo enfatizou como o cânone literário não apenas reflete, mas também constrói ideologias e valores, influenciando a percepção pública sobre quem é considerado autor digno de ser lido e estudado.

O estudo começou com uma revisão teórica que destacou a importância da literatura como reflexo e construtora de ideologias, especialmente no que diz respeito às representações de minorias étnicas, a partir de algumas perspectivas teóricas que podem ser colocadas em diálogo, com destaque para Fanon (2008) e Hall (1997). Já a análise textual revelou como Lobato utiliza técnicas narrativas para reforçar hierarquias sociais e perpetuar estereótipos negativos, conforme pudemos discutir a partir de Foucault (1997) e Bento (2005).

Os resultados desta pesquisa demonstram que *Negrinha* (Lobato, 1994) não apenas reflete, mas também contribui para a naturalização de visões racistas no contexto literário brasileiro. A análise cuidadosa das interações da protagonista com outros personagens e da voz narrativa revelou nuances significativas sobre as dinâmicas do poder e da representação. Os objetivos estabelecidos na introdução foram plenamente alcançados, fornecendo respostas às questões propostas inicialmente. Concluímos, assim, que é fundamental uma leitura crítica das obras literárias canônicas, especialmente daquelas que perpetuam discursos discriminatórios, para promover uma maior conscientização e mudança social.

Para futuras pesquisas, propomos uma expansão deste estudo para outras obras de Monteiro Lobato e de autores contemporâneos, a fim de aprofundar a compreensão sobre as representações raciais na literatura brasileira e explorar formas de promover uma representação mais justa e mais inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ADONIAS FILHO. **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1961.
- ALVES, H. **Cruz e Sousa: o Dante negro**. São Paulo: Associação Cultural do Negro, 1961.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. 6. ed. São Paulo: Ars Poética, 2010.
- AZEVEDO, C. L. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BAKHTIN, M. **A imaginação dialógica: ensaios**. Tradução de Vera Lúcia de Oliveira. [s. l.]: Editora Unesp, 2003.
- Barthes, R. **A morte do autor**. In: O Rumor da Língua, 1967
- BECKER, Nilza de Campos. **A contemporaneidade de Monteiro Lobato**. São Paulo: Revista Fronteira, 2011.
- BENTO, C. **Branquitude e branqueamento no Brasil**. In: SCHUCMAN, Lia Vainer; GOLDFEDER, Miriam (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: SUMMUS, 2005
- BOOTH, W. C. **The Rhetoric of Fiction**. The University of Chicago Press, 1983
- BOSI, A. Poesia versus racismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 235-253, 2002.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Ronaldo Correia de Brito. [s. l.]: Editora Jorge Zahar, 1996.
- CAMÕES, L. **Os Lusíadas**. Edição crítica de Manuel de Faria e Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos**. [s. l.]: Editora Ouro Sobre Azul, 2009
- CORDEIRO, S. N.; BRASÃO, H. J. P.; SILVA, B. N. S. E.; BRAGANÇA, D. R.; SILVA, R. M. O. Os personagens negros na obra infantil de Monteiro Lobato. [s. l.]: **Cadernos da Fucamp**, v. 22, n. 58, p. 108-123, 2023.
- COUTINHO, A. **Introdução à literatura brasileira: poesia e prosa**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 2005
- COUTINHO, E. F. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. [s. l.]: Ed. Senac, 2005
- CULLER, J. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Margarida Filosófica, 1967.

- EAGLETON, T. **A função da crítica**: Crítica e teoria da crítica. Tradução de Maria Lúcia de Arruda Aranha. [s. l.]: Editora Brasiliense, 1997.
- EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. [s. l.]: Editora UFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1966.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1969.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?** *In*: Estética: literatura e pintura, música e cinema. [s. l.]: Editora Forense Universitária, 1969.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FRYE, N. **Anatomia da Crítica**: Quatro Ensaios. [s. l.]: Editora Cultrix, 2012.
- Gramsci, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. [s. l.]: Editora Civilização Brasileira, 1971
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. [s. l.]: DP&A Editora, 1997.
- HALL, S. **Representação**: representações culturais e práticas significativas. São Paulo: Apicuri, 1. ed., 2016
- ISER, W. **O Ato de Ler**: Uma Teoria da Resposta Estética. [s. l.]: Johns Hopkins University Press, 1978
- JAMESON, F. **O inconsciente político**: A narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Sergio Lima. [s. l.]: Editora Boitempo, 2004.
- JIRMUNSKI, V. **Sobre a questão do “método formal”**. *In*: EIKHENBAUM, Boris et al. Teoria da Literatura: formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1976
- LAJOLO, M. **Monteiro Lobato**: um brasileiro sob medida. São Paulo: Moderna, 2000.
- BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. [s. l.]: Penguin Classics, 2009
- LOBATO, Monteiro. **"Negrinha"**. *In*: "Negrinha e outras histórias". [s. l.]: Editora Globo, 1920.
- LOBATO, Monteiro. **O Sítio do Picapau Amarelo**. [s. l.]: Editora Brasiliense, 1939.
- LOBATO, Monteiro. **O Picapau Amarelo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. [s. l.]: Editora Brasiliense, 1931.
- MUNANGA, K. **Negro, negro, negra**: cultura e política da identidade. São Paulo: Editora 34, 2004.

- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. [s. l.]: Petrópolis: Vozes, 2004.
- MUZART, Z. **A questão do cânone**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- NASCIMENTO, B. O racismo na mídia. **Esferas**, ano 13, v. 3, n. 28, set./dez. 2023. ISSN 2446-6190.
- ONG, W. J. **Oralidade e escrita**: tecnologias da palavra. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papyrus, 2005.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. [s. l.]: Pontes Editores, 1999.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. [s. l.]: Pontes Editores, 2001.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. [s. l.]: **Ecopolítica**, n. 1, p. 45-67, 2010.
- SAID, E. W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. [s. l.]: Companhia de Bolso, 1978.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCHWARCZ, L. **Lima Barreto**: Triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- SHKLOVSKY, V. **A arte como técnica**. In: Crítica Formalista Russa: Quatro Ensaios. Tradução de Luís A. [s. l.]: Costa e Raquel de Queiroz. Editora Unesp, 2000.
- SILVA, T. T. 2001. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. [s. l.]: Editora Autêntica, 2001.
- SIMONE DE BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. [s. l.]: Gallimard, 1949.
- SPIVAK, G. **Pode o Subalterno Falar?** In: "Marxismo e a Interpretação da Cultura", editado por Cary Nelson e Lawrence Grossberg. [s. l.]: Editora Paz e Terra, 1995.
- TODOROV, T. **O fantástico**: Uma abordagem estrutural. Tradução de Luciana M. K. Costa. Editora Perspectiva, 1980.
- XAVIER, R. **Uma biografia de Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1962